



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº PE 90069/2026

Processo nº 01510185.000769/2025-95

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90069/2026

CONTRATANTE (UASG): 925538

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VIATURAS POLICIAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA 30 MESES: R\$ 49.038.249,90 (quarenta e nove milhões, trinta e oito mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 10/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

Critério de Julgamento:

Menor Preço por Item

Modo de disputa:

Aberto

DA RESERVA DE COTA EXCLUSIVA AS ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUMÁRIO

- [1. DO OBJETO.](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS.](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.](#)
- [4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.](#)
- [5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.](#)
- [6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.](#)
- [7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.](#)
- [8. DA FASE DE JULGAMENTO.](#)
- [9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.](#)
- [10. DO TERMO DE CONTRATO.](#)
- [11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.](#)
- [12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.](#)
- [13. DOS RECURSOS.](#)
- [14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.](#)
- [15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.](#)
- [16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)
- [17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO](#)
- [18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)
- [19. DISPOSIÇÕES GERAIS.](#)

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90069/2026

(Processo Administrativo nº 01510185.000769/2025-95)

Torna-se público que o ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD), sediado(a) no Centro Administrativo, S/N Br 101, Lagoa Nova, Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Estadual 32.449, de 7 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente na data marcada ou havendo fato superveniente impeditivo à realização, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente processo visa à contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Locação de Viaturas Policiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	PERÍODO EM MESES
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO , de passageiro, mensal, sem motorista, destinado ao policiamento ostensivo, tipo SUV , bicomcombustível (gasolina e etanol), 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, equipado com ar-condicionado e direção hidráulica ou elétrica, com adaptação de compartimento para transporte de detidos (cela), sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação e grafismo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, e demais especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência.	UNIDADE	70	30
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO , de passageiro, mensal, sem motorista, destinado ao policiamento ostensivo, tipo caminhonete pick-up , cabine dupla, tração 4x4 com reduzida, movida a combustível diesel, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, equipada com ar-condicionado e direção hidráulica, elétrica, eletro-hidráulica ou sistema equivalente, sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de	UNIDADE	89	30

	radiocomunicação e grafismo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, e demais especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência.			
--	--	--	--	--

- 1.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 49.038.249,90 (quarenta e nove milhões, trinta e oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)** para o período de **30 (trinta) meses**.
- 1.3. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, contado a partir da assinatura contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, com eficácia legal condicionada a publicação na imprensa oficial (DOERN) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A presente demanda não trata de registro de preços - Não se aplica o caso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. PARTICIPAÇÃO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

- 3.1.1. O presente certame não será exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados, nos termos do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, por os valores obtidos em pesquisa de preços para o presente objeto ser superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- 3.1.2. Não será estabelecida cota de até 25% para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados por o objeto da presente licitação ser serviço.
- 3.2. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3. empresas consorciadas
- 3.7.3.1. conforme justificativa apresentada no item 4.13 do TR. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação em consórcio mostra-se desnecessária e desvantajosa, em razão de: possíveis dificuldades na gestão e fiscalização contratual, prejuízo à economia de escala, suficiência do mercado, que dispõe de empresas aptas a atender integralmente o objeto.
- 3.7.4. sociedades cooperativas;
- 3.7.5. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.6. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.7. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.8. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.10. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.11. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9. O impedimento de que trata o item **3.7.8** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.7.6** e **3.7.7** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12. O disposto nos itens **3.7.6** e **3.7.7** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.14. A vedação de que trata o item **3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.
- 4.2. A estimativa do orçamento está previsto no item 11 do TR.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei

nº 14.133, de 2021.

- 5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8.12. a falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8.13. os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.8.14. não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.8.15. serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.8.16. desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.8.17. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.8.18. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.8.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.8.20. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.8.21. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.8.22. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.8.16 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.8.23. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.8.24. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. nº item; descrição do serviço, quantidade, unidade de medida;
- 6.1.2. valor estimado para 12 meses por item, valor total estimado para 30 meses por item, preço global para 12 meses, preço global para 30 meses.
- 6.2. Devendo respeitar o mínimo do disposto no item 1.1 do TR.
- 6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3.1. O licitante *[NÃO]* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.3.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.3.5. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente
- 6.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais) para o item 01 e de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) para o item 02.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.8. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.9. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.10. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.11.13. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item , poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.11.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação
- 7.11.18. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.19. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Quando couber no final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).]
- 7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- 7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.22.2. empresas brasileiras;
- 7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.24.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. Sicaf;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é índice de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 8.12.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 8.12.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.12.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.21. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 8.21.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 8.21.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regimento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 8.21.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 8.21.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.22. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.26. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Caso seja permitido a participação de consórcio, e este não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE INDICADO PELO PREGOEIRO.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.13. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.14. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.15. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:

9.16.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.16.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.17. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.14.1.

9.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

9.21.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

9.21.2. O modo de disputa será o **ABERTO**

9.21.3. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

9.21.3.1. A adoção da modalidade pregão eletrônico e do critério de julgamento pelo menor preço por item, mostra-se adequada à natureza do objeto, classificado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado.

9.21.3.2. A escolha do critério de julgamento pelo menor preço observa os princípios da economicidade, competitividade e eficiência administrativa, assegurando ampla concorrência entre os licitantes aptos à execução do objeto, sem prejuízo da qualidade mínima exigida para a prestação dos serviços.

9.22. Forma de fornecimento

9.22.1. O fornecimento dos serviços ocorrerá conforme **item 5**, do tópico **Modelo de Execução Contratual**, constante no TR.

9.23. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

9.23.1. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.23.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - [SICAF](#);

9.23.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - [CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;

9.23.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União.

9.23.2. As exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência possuem fundamento nos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021 e têm por finalidade assegurar que a futura contratada possua capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e capacidade econômico-financeira compatíveis com a complexidade operacional e dimensão da contratação.

9.23.3. Considerando que o objeto envolve a disponibilização contínua de viaturas policiais caracterizadas, equipadas e adaptadas para utilização intensiva nas atividades operacionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, as exigências estabelecidas mostram-se indispensáveis para garantir a adequada execução contratual e a continuidade do serviço público essencial de segurança pública.

9.23.4. As condições de habilitação foram definidas em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e interesse público, não impondo restrições indevidas ao caráter competitivo do certame.

9.24. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.25. **Habilitação jurídica**

9.25.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.25.1.1. Sociedade empresarial, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.25.1.2. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.25.1.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.25.1.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.25.1.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

9.25.1.6. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.25.1.7. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.25.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.26. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.26.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.26.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.26.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.26.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.26.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.26.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.27. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.27.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.27.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.27.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.27.3.1. Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), possuem a finalidade de demonstrar a capacidade financeira mínima da licitante para suportar os custos operacionais da contratação, garantindo condições de cumprir regularmente suas obrigações de curto e longo prazo durante toda a execução contratual.

9.27.4. A exigência dos referidos índices observa práticas consolidadas da Administração Pública e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especialmente a Súmula nº 289 do TCU, sendo compatível com o porte, vulto financeiro e complexidade operacional da contratação.

9.27.5. Considerando que a contratação envolve significativa mobilização de capital para disponibilização da frota, caracterização policial, instalação de equipamentos, contratação de seguros, manutenção preventiva e corretiva, gestão operacional e substituição contínua de viaturas, mostra-se necessária a comprovação de capacidade econômico-financeira mínima da futura contratada, de modo a mitigar riscos de descontinuidade da prestação do serviço público essencial de segurança pública.

9.27.6. Os índices serão obtidos mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.27.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

9.27.8. A exigência subsidiária de patrimônio líquido mínimo justifica-se em razão da elevada dimensão financeira da contratação e da necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade econômica suficiente para suportar investimentos iniciais relacionados à disponibilização da frota, caracterização policial, seguros, manutenção preventiva e corretiva, gestão operacional e substituição emergencial de veículos.

9.27.9. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.27.10. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27.11. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.27.12. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. **Qualificação Técnica**

9.28.1. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional em plena validade;*

9.28.2. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.28.3. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante:*

9.28.3.1. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.28.4. A exigência de comprovação de capacidade técnica possui a finalidade de assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia compatível com a complexidade tecnológica e operacional do objeto, especialmente em contratos de gestão e locação de frota em larga escala.

9.28.5. Considerando que o objeto envolve veículos caracterizados para atividade policial ostensiva, manutenção contínua, reposição emergencial de viaturas, gestão operacional da frota e atendimento em todo o território estadual, mostra-se indispensável a comprovação de aptidão técnica mínima para execução contratual.

9.28.6. A Administração optou por não exigir quantitativos excessivos ou experiência idêntica ao objeto licitado, limitando-se à comprovação de execução de serviços compatíveis em características e complexidade operacional, em observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da ampla competitividade e razoabilidade.

9.28.7. Será admitido o somatório de atestados executados de forma concomitante, medida que amplia a competitividade e possibilita a participação de empresas com experiência operacional comprovada em contratos distintos.

9.28.8. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9.28.9. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.28.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

- 9.28.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.28.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.28.9.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 9.28.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.28.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.28.9.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 9.28.10. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.28.11. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.28.11.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.28.11.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.28.11.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 9.28.11.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.28.11.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.28.11.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.28.11.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.29. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

- 9.29.1. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio por haver no mercado diversas empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, executarem o objeto do presente processo. Conforme teor do item 4.13 do TR.
- 9.29.2. A não permissão à participação de empresas consorciadas privilegia a competitividade, uma vez que o consórcio poderia ser formado por empresas que poderiam competir isoladamente, reduzindo o número de propostas na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de [05] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [05] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [05] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [05] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 10.8.1. Nos casos de contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.
- 10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.
- 10.10. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.11. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 10.11.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 10.11.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.13. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.14. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.15. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.16. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.17. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Não se aplica ao caso em comento.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Não se aplica ao presente caso.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico licitacoes@sead.rn.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 14.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 14.2.4. **Multa**:
- 14.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 14.2.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 14.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10 % (dez por cento) do valor da contratação.
- 14.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 8% (oito por cento) do valor da contratação.
- 14.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 6 % (seis por cento) do valor da contratação.
- 14.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 4% (quatro por cento) do valor da contratação.
- 14.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 2 % (dois por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações:
- 14.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 14.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 14.8.2. Os Endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 14.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- atueza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 14.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133, de 2021.
- 14.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes@sead.rn.gov.br.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. **Disposições Gerais**
- 16.1.1. A contratação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, devendo os licitantes atender a requisitos indispensáveis e padrões mínimos de qualidade, conforme especificações deste Estudo Técnico Preliminar e do futuro Termo de Referência.
- 16.1.2. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo de locação de veículos, devidamente constituída e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente, bem como com os critérios de sustentabilidade estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.

- 16.1.3. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, incluindo a comprovação de frota mínima correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo contratado para cada item, assegurando capacidade operacional suficiente para substituição imediata de veículos em situações de manutenção preventiva, corretiva, defeitos, casos fortuitos ou força maior, sem prejuízo à continuidade do serviço.
- 16.1.4. A Contratada será responsável pela observância de todas as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato. Durante a execução contratual, deverá:
- 16.1.4.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento da legislação social e trabalhista, especialmente quanto aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;
- 16.1.4.2. Efetuar o pagamento de impostos, taxas, contribuições e demais encargos fiscais incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto contratual, até o recebimento definitivo dos serviços;
- 16.1.4.3. Possibilitar à Contratante a fiscalização permanente quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos alocados ao contrato.
- 16.1.5. A Contratada deverá adotar práticas de gestão que assegurem os direitos trabalhistas, bem como o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, mantendo equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços em perfeito estado de funcionamento.
- 16.1.6. A fiscalização da execução abrangerá o cumprimento das metas e condições estabelecidas no Termo de Referência e/ou Contrato, podendo resultar em glosa da fatura em caso de descumprimento.
- 16.1.7. A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços. Não será admitida recusa na prestação dos serviços em razão de sobrecarga da capacidade instalada da contratada.
- 16.2. **Condições Operacionais da Locação**
- 16.2.1. Os veículos deverão ser disponibilizados devidamente licenciados, emplacados e regularizados junto aos órgãos de trânsito competentes.
- 16.2.2. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, com todos os equipamentos e adaptações previstos neste Termo de Referência instalados e plenamente operacionais.
- 16.2.3. Os veículos deverão ser disponibilizados com quilometragem livre, considerando a natureza operacional das atividades de policiamento ostensivo.
- 16.2.4. Os veículos deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, aptos para utilização imediata.
- 16.2.5. A contratada deverá disponibilizar estrutura técnica e logística suficiente para atendimento em todo o território do Estado do Rio Grande do Norte, garantindo a continuidade da prestação do serviço.
- 16.2.6. A contratada deverá manter estrutura técnica e logística capaz de garantir o cumprimento imediato das substituições e manutenções necessárias, observando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para recolhimento e reposição de veículos, sempre que houver indisponibilidade por manutenção preventiva, corretiva, falha mecânica, sinistro ou qualquer outra ocorrência que comprometa sua utilização operacional.
- 16.2.7. A contratada deverá manter reserva técnica mínima correspondente a 10% (dez por cento) da frota contratada, destinada à substituição imediata de veículos indisponíveis.
- 16.3. **Manutenção dos Veículos**
- 16.3.1. A contratada será responsável pela realização de toda a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo substituição de peças, componentes, acessórios e mão de obra necessários ao pleno funcionamento da frota.
- 16.3.2. Em caso de pane mecânica, falha operacional, acidente, manutenção ou qualquer situação que impeça a utilização do veículo, a contratada deverá providenciar substituição por veículo de características equivalentes ou superiores no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação pela Administração.
- 16.3.3. Durante toda a vigência contratual, os veículos deverão manter padrão adequado de conservação, desempenho e segurança, compatível com a atividade policial.
- 16.3.4. A Administração poderá determinar a substituição de veículos que apresentem:
- 16.3.4.1. Desgaste excessivo;
- 16.3.4.2. Falhas mecânicas recorrentes;
- 16.3.4.3. Comprometimento da segurança operacional;
- 16.3.4.4. Condições inadequadas de conservação.
- 16.3.5. Os veículos também deverão ser substituídos, conforme plano de gestão de frota.
- 16.3.6. As manutenções preventiva e corretiva serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, sem ônus adicional para a Administração.
- 16.3.7. A contratada deverá manter ou estabelecer estrutura de apoio para recebimento, recolhimento e atendimento técnico dos veículos nos municípios de Natal, Mossoró e Caicó, de modo a garantir a adequada logística de manutenção, substituição e suporte operacional da frota.
- 16.4. **Seguro e Sinistros**
- 16.4.1. Todos os veículos deverão possuir seguro total, contratado pela empresa locadora, com cobertura mínima contra:
- 16.4.1.1. colisão;
- 16.4.1.2. incêndio;
- 16.4.1.3. roubo ou furto;
- 16.4.1.4. perda total;
- 16.4.1.5. danos materiais;
- 16.4.1.6. danos corporais;
- 16.4.1.7. danos causados a terceiros.
- 16.4.2. Em caso de sinistro, roubo, furto ou perda total do veículo, a contratada deverá providenciar a substituição por outro veículo de características equivalentes ou superiores no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da continuidade do serviço.
- 16.4.3. As providências administrativas relacionadas a registro de sinistro, acionamento de seguro, remoção do veículo e demais procedimentos correlatos serão de responsabilidade da contratada.
- 16.4.4. Nos casos de sinistro envolvendo os veículos locados, quando comprovada a responsabilidade do condutor vinculado à Administração, o ressarcimento à contratada ocorrerá da seguinte forma:
- 16.4.4.1. Quando o valor do reparo for inferior ao valor da franquia, o ressarcimento corresponderá ao valor efetivo do conserto;
- 16.4.4.2. Quando o valor do sinistro ultrapassar o valor da franquia, o ressarcimento corresponderá ao valor da franquia contratual do seguro.
- 16.4.5. O ressarcimento somente ocorrerá após regular apuração administrativa, com a devida identificação do condutor responsável e comprovação das despesas pela contratada.
- 16.4.6. A contratada não poderá optar por sistema de autogestão ou auto-seguro, devendo obrigatoriamente contratar seguro junto a empresa seguradora devidamente autorizada.
- 16.5. **Multas e Infrações de Trânsito**
- 16.5.1. As notificações de infrações de trânsito eventualmente registradas deverão ser encaminhadas pela contratada à Administração para identificação do condutor responsável.
- 16.5.2. Caberá à contratada realizar os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos de trânsito para indicação do condutor infrator, quando solicitado pela Administração.
- 16.5.3. O pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito será de responsabilidade da Administração quando comprovada a responsabilidade do condutor, observado o devido processo administrativo interno.
- 16.5.4. Após esgotadas as possibilidades de defesa administrativa e mantida a penalidade, a contratada poderá realizar a cobrança da multa à Administração a título de ressarcimento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, desde que comprovado:
- 16.5.4.1. O indeferimento da defesa apresentada;
- 16.5.4.2. A identificação do condutor responsável pela infração;
- 16.5.4.3. A ausência de pagamento da multa pelo condutor junto ao órgão de trânsito competente
- 16.5.5. Permanecerão sob responsabilidade da contratada as multas ou penalidades decorrentes de irregularidades administrativas do veículo, tais como:
- 16.5.5.1. licenciamento vencido;
- 16.5.5.2. irregularidades documentais;
- 16.5.5.3. problemas de conservação obrigatória do veículo.
- 16.6. **Condições da Frota**
- 16.6.1. Os veículos deverão ser novos ou zero quilômetro, fabricados no ano vigente ou, no máximo, no ano imediatamente anterior ao da entrega à Administração.
- 16.6.2. Os veículos deverão permanecer à disposição da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento exclusivo das necessidades do serviço.
- 16.6.3. Eventuais recolhimentos para manutenção preventiva ou corretiva deverão ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante substituição imediata por veículo de características equivalentes ou superiores, pelo período necessário à realização da manutenção.
- 16.6.4. Os veículos deverão possuir características adequadas de resistência, desempenho e segurança, compatíveis com a utilização em atividades de policiamento ostensivo.
- 16.7. **Equipamentos e Adaptações**

- 16.7.1. Todos os veículos deverão ser entregues devidamente equipados e adaptados, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 16.7.2. As viaturas deverão ser fornecidas devidamente equipadas com sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação e grafismo institucional conforme padrão adotado pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, bem como com todas as adaptações operacionais previstas neste Termo de Referência, devidamente instaladas e plenamente funcionais no momento da entrega dos veículos.
- 16.7.3. A adaptação destinada ao transporte de detidos (cela) será exigida exclusivamente para os veículos do tipo SUV, não sendo aplicável aos veículos do tipo caminhonete pick-up.
- 16.7.4. Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com o sistema elétrico dos veículos e devidamente dimensionados para operação contínua em regime operacional de 24 (vinte e quatro) horas, considerando a utilização simultânea dos sistemas de sinalização visual, acústica e de radiocomunicação instalados na viatura.
- 16.7.5. Os equipamentos deverão ser instalados de forma a não interferir no funcionamento dos sistemas eletrônicos originais do veículo, tais como sistemas de segurança, airbag, controle de estabilidade, sistema de freios, sensores ou antenas.
- 16.8. **Crítérios de Sustentabilidade**
- 16.8.1. Em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos artigos 5º, 11, inciso IV, 18, §1º, inciso XII e 20, inciso III, esta contratação observa os princípios da eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável, integrando critérios de sustentabilidade ambiental ao processo de aquisição.
- 16.8.2. Considerando as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, e atendendo às exigências legais aplicáveis, a especificação do veículo a ser adquirido deverá contemplar, sempre que tecnicamente viável, as seguintes exigências e características de sustentabilidade:
- 16.8.2.1. Classificado no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV/INMETRO), em eficiência energética;
- 16.8.2.2. Baixas emissões de gases poluentes, conforme parâmetros do Proconve (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores);
- 16.8.2.3. Uso de tecnologia que proporcione menor consumo de combustível (ex.: motores com sistema start-stop, motor flex com alta eficiência, entre outros);
- 16.8.2.4. Possibilidade de aquisição de veículos com motorização flex, híbrida ou elétrica, quando viável e compatível com a destinação do bem;
- 16.8.2.5. Durabilidade, manutenção facilitada e disponibilidade de peças no mercado nacional, reduzindo o descarte prematuro e promovendo o uso prolongado do bem.
- 16.8.3. Além disso, serão priorizados veículos com menor impacto ambiental ao longo do seu ciclo de vida útil, respeitando os critérios técnicos, operacionais e orçamentários da Administração.
- 16.8.4. Essas exigências visam alinhar a aquisição com os objetivos da política pública de sustentabilidade, reduzindo o impacto ambiental das frotas públicas e promovendo a responsabilidade socioambiental nas contratações governamentais.
- 16.9. **Condições administrativas de execução**
- 16.9.1. A contratada deverá:
- 16.9.1.1. Prestar os serviços em conformidade com todas as especificações constantes do edital, seus anexos e do contrato;
- 16.9.1.2. Disponibilizar os veículos sem limite de quilometragem, considerando a natureza operacional do serviço;
- 16.9.1.3. Manter os veículos registrados em seu nome e devidamente emplacados no Estado do Rio Grande do Norte;
- 16.9.1.4. Permitir, quando solicitado pela Administração, a instalação de equipamentos de controle de uso e consumo de combustível nos veículos objeto da contratação;
- 16.9.1.5. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- 16.10. **Subcontratação**
- 16.10.1. Fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, nos termos do art. 121, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o serviço a ser prestado envolve a execução direta de obrigações contratuais relacionadas à locação, manutenção e gestão de frota de veículos policiais, cuja responsabilidade técnica, operacional e jurídica deve ser integralmente assumida pela empresa contratada.
- 16.10.2. A eventual transferência de execução, cessão ou subcontratação de qualquer parcela do contrato caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas em lei e no instrumento contratual, inclusive rescisão unilateral por inadimplemento, conforme dispõe o art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.11. **Garantia da Contratação**
- 16.11.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da homologação e ANTERIOR à assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 2% (dois por cento) sobre o valor anual do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:
- 16.11.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Fazenda.
- 16.11.1.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.
- 16.11.1.3. Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”; ou Fiança bancária.
- 16.11.1.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 30% (trinta por cento).
- 16.11.1.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
- 16.11.2. A retenção efetuada com base no item 4.11.1.3 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
- 16.11.3. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 4.11.1.3 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 16.11.4. Quando a contratada optar pela prestação na forma de seguro-garantia, este terá por objetivo assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante a Administração, inclusive multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, conforme previsão do art. 97 da NLLC, observando-se:
- 16.11.4.1. O prazo de vigência da apólice deverá ser igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal, acompanhando as eventuais prorrogações ou alterações contratuais, mediante emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- 16.11.4.2. O seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o pagamento do prêmio nas datas convencionadas.
- 16.12. **Da Reserva de Cota Exclusiva para ME e EPP**
- 16.12.1. A contratação refere-se à locação de 159 viaturas padronizadas para atendimento contínuo das atividades da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.
- 16.12.2. Embora a legislação admita reserva de cotas para ME/EPP em objetos divisíveis, verifica-se que o presente objeto não comporta fracionamento, sob pena de comprometer:
- 16.12.2.1. A padronização da frota;
- 16.12.2.2. Manutenção unificada;
- 16.12.2.3. Logística de substituição;
- 16.12.2.4. Economicidade da contratação;
- 16.12.2.5. e, a mitigação de riscos operacionais.
- 16.12.2.6. Dessa forma, não será aplicada cota reservada para ME/EPP, mantendo-se a ampla competitividade, nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.
17. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 17.6. A contratada deverá assegurar a disponibilidade contínua da frota, garantindo a manutenção das condições operacionais dos veículos durante toda a vigência contratual.
- 17.7. A fiscalização acompanhará, no mínimo, a disponibilidade da frota em operação, o cumprimento do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para substituição de veículos indisponíveis, o cumprimento dos planos de manutenção preventiva e corretiva, o estado de conservação e funcionamento dos veículos, bem como o atendimento às demandas operacionais da Administração.
- 17.8. A Administração poderá realizar inspeções periódicas ou extraordinárias, a qualquer tempo, para verificação das condições da frota.
- 17.9. O descumprimento das condições operacionais poderá ensejar aplicação de sanções, bem como glosa proporcional nos pagamentos.
- 17.10. **Fiscalização**
- 17.11. A gestão e fiscalização para o acompanhamento do instrumento contratual serão realizadas respectivamente, pelo Chefe do Parque de Motomecanização (**gestor do contrato**), e pelos servidores Gleidson Silva Cabral - 2º Sgt PM, Matrícula nº 164.383-5 (**fiscal do contrato**) e Humberto Lionézio Leite Júnior - 3º Sgt PM, Matrícula nº 207.975-5 (**fiscal suplente**), que deverá observar o cumprimento das obrigações pactuadas, quanto a execução do objeto deste contrato.

17.12. Fiscalização Técnica

- 17.12.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 17.12.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 17.12.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção
- 17.12.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 17.12.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 17.12.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

17.13. Fiscalização Administrativa

- 17.13.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 17.13.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 17.13.2.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

17.14. Gestor do Contrato

- 17.14.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.14.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.14.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.14.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.14.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.14.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração
- 17.14.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 18.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 18.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 18.3. Os veículos disponibilizados serão vistoriados por agente designado pelo contratante, que verificará se os mesmos atendem às especificações solicitadas no Contrato, de acordo com o constante dos itens discriminados no Termo de Referência, do Edital licitatório, e às quantidades requisitadas.
- 18.4. Caso o(s) veículo(s) não esteja(m) de acordo com as especificações solicitadas, o(s) mesmo(s) será (ao) recusado(s), cabendo à CONTRATADA substituí-lo(s) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por outro(s) que atenda(m) ao solicitado, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 18.5. **Entrega do Objeto**
- 18.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, para fins de verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, especialmente quanto à disponibilidade da frota, regularidade da prestação do serviço e conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 18.5.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após verificação do cumprimento integral das exigências contratuais e mediante termo circunstanciado, desde que não haja pendências técnicas ou administrativas.
- 18.5.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 18.5.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 18.5.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 18.5.5.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 18.5.5.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 18.5.5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 18.5.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 18.5.7. Exaurido o prazo do recebimento provisório, os serviços serão considerados recebidos definitivamente pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 18.5.7.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.
- 18.5.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 18.5.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 18.5.7.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 18.5.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 18.5.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 18.5.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 18.5.11. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá após a validação integral da execução contratual no período de referência, mediante verificação da conformidade da prestação do serviço com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, podendo ensejar glosa proporcional nos casos de descumprimento.
- 18.5.12. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

18.6. Liquidação

- 18.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 18.6.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.6.2.1. O prazo de validade;
- 18.6.2.2. A data da emissão;

- 18.6.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.6.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 18.6.2.5. O valor a pagar; e
- 18.6.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 18.6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.6.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 18.6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 18.6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.6.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 18.6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.7. **Prazo de pagamento**
- 18.7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 18.7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-e de correção monetária
- 18.8. **Forma de pagamento**
- 18.8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8.3. O pagamento da(s) nota(s) fiscal(ais) fica condicionado ao fiel cumprimento da execução do objeto, bem como deverá estar vinculado a nota de empenho anteriormente emitida.
- 18.8.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 18.8.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 18.8.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.8.7. **Do Reajuste**
- 18.9. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado que serviu de base para a contratação.
- 18.10. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade a partir do início da vigência do contrato.
- 18.10.8. Justifica-se tal índice por se revelar tecnicamente adequada por refletir, de forma ampla e oficial, a variação inflacionária da economia brasileira. Dessa forma, a utilização do IPCA harmoniza-se com os princípios da economicidade, razoabilidade e segurança jurídica, garantindo a manutenção da vantajosidade do contrato ao longo de sua execução.
- 18.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.12. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATADO pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.13. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.14. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.16. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 18.17. A adoção do IPCA/IBGE para o reajustamento da contratação de serviços de locação de viaturas policiais justifica-se pelo nexos causal direto entre a cesta de insumos do objeto e o referido indexador, visto que a prestação do serviço compreende uma matriz de custos heterogênea — abrangendo depreciação de frota, mão de obra qualificada, componentes tecnológicos (sinalizadores e rádio transceptores), peças de reposição e manutenção contínua. Diante da inviabilidade de aplicação de índices setoriais estritos (como os da FGV) ou excessivamente voláteis e dolarizados (como o IGP-M), que provocariam descolamento e desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato, o IPCA se impõe como a métrica sintética mais adequada e aderente à realidade do mercado de frotas, uma vez que capta formalmente, por meio de seu Grupo 7 (Transportes), as oscilações ponderadas de despesas com veículos, autopeças, serviços de conserto, pneus e seguros, garantindo, em estrita observância ao art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a justa recomposição da moeda e a necessária previsibilidade orçamentária para a segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte. (Conforme, Relatório Técnico - SEI nº 42098724)

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) e [Portal de Compras do RN](#).
- 19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 19.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 19.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
- 19.11.3. Anexo III – Modelo de Proposta

Na data da assinatura eletrônica

JANE CARMEN CARNEIRO E ARAÚJO

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (SEAD/RN)



Documento assinado eletronicamente por JANE CARMEN CARNEIRO E ARAUJO, Secretário de Estado da Administração, em 19/06/2026, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 42054460 e o código CRC 010AFE95.

ANEXO - I



POLÍCIA MILITAR DO RN

Av. Rodrigues Alves, s/n, Quartel do Comando Geral da PMRN - Bairro Tirol, Natal/RN, CEP 59020-200
Telefone: (84) 3232-6361 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.pm.rn.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 01510185.000769/2025-95

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Locação de Viaturas Policiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	PERÍODO EM MESES
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO , de passageiro, mensal, sem motorista, destinado ao policiamento ostensivo, tipo SUV , bicombustível (gasolina e etanol), 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, equipado com ar-condicionado e direção hidráulica ou elétrica, com adaptação de compartimento para transporte de detidos (cela), sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação e grafismo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, e demais especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência.	UNIDADE	70	30
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO , de passageiro, mensal, sem motorista, destinado ao policiamento ostensivo, tipo caminhonete pick-up , cabine dupla, tração 4x4 com reduzida, movida a combustível diesel, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, equipada com ar-condicionado e direção hidráulica, elétrica, eletro-hidráulica ou sistema equivalente, sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação e grafismo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, e demais especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência.	UNIDADE	89	30

1.2. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, contado a partir da assinatura contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, com eficácia legal condicionada a publicação na imprensa oficial (DOERN) e no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP).

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de viaturas policiais, com fornecimento de veículos zero quilômetro, caracterizados, equipados e adaptados para o policiamento ostensivo, sem motorista e sem combustível, incluindo gestão de frota com manutenção preventiva e corretiva, conforme condições, quantidades e exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

A presente contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar constante nos autos ID. nº (40112490), bem como em seu complemento ID. nº (41279435), o qual analisou a necessidade institucional da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, as alternativas disponíveis no mercado, os impactos operacionais decorrentes da indisponibilidade de frota e a solução mais vantajosa para atendimento das demandas administrativas e operacionais da PMRN.

A contratação observa as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade do serviço público, previstos nos arts. 5º, 11 e 18 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como as disposições relativas à definição da solução mais vantajosa para a Administração Pública, considerando critérios técnicos, operacionais e econômicos devidamente analisados no Estudo Técnico Preliminar e na pesquisa mercadológica constante dos autos.

A contratação pretendida abrange viaturas do tipo SUV 4x2 e caminhonete 4x4, devidamente caracterizadas com sistema de sinalização acústica e visual, grafismo institucional, dispositivos de segurança e adaptações específicas para transporte policial, equipadas com sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação e grafismo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, atendendo integralmente às necessidades operacionais da Instituição.

A necessidade da contratação decorre da essencialidade do serviço de locação de viaturas para a continuidade do policiamento ostensivo motorizado, atividade-fim da Corporação, cuja execução depende diretamente da disponibilidade permanente de veículos em condições adequadas de uso, segurança e desempenho. A interrupção ou redução da frota operacional comprometeria diretamente a capacidade de resposta institucional e a prestação do serviço público de segurança à sociedade.

Registre-se que os estudos técnicos realizados identificaram que a frota própria disponível é insuficiente e, em parte, obsoleta, seja em razão do desgaste natural decorrente do uso intensivo, seja pelas frequentes baixas por acidentes, avarias graves ou atingimento do tempo máximo recomendado de uso, conforme normativos administrativos que disciplinam a retirada de circulação de veículos oficiais.

Ademais, verificou-se que a aquisição de frota própria implicaria elevados custos relacionados à aquisição inicial dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguros, licenciamento, gestão patrimonial, renovação periódica da frota e alienação futura dos veículos, circunstâncias que reforçam a vantagem técnica e econômica da solução de locação operacional, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

A contratação por meio de locação permite, ainda, a renovação contínua da frota, com substituição dos veículos ao atingirem 30 meses de uso ou 200.000 km rodados, bem como assegura a disponibilização de veículos reserva, garantindo a continuidade do serviço mesmo em situações de manutenção ou sinistro, conforme exigências expressamente previstas no objeto.

Além disso, a solução adotada transfere à contratada os riscos relacionados à depreciação da frota, falhas mecânicas, perda total, indisponibilidade operacional e custos de manutenção, assegurando maior previsibilidade orçamentária, continuidade do serviço e eficiência administrativa na gestão da frota operacional da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida encontra-se devidamente fundamentada nos estudos técnicos preliminares elaborados pela Administração, mostrando-se necessária, adequada e vantajosa para atendimento das demandas institucionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO:

3.6. ITEM 1: VEÍCULO TIPO SUV

3.7. CONFIGURAÇÃO BÁSICA DO VEÍCULO

3.7.1. O veículo deverá possuir as seguintes especificações mínimas:

3.7.1.1. Veículo automotor tipo utilitário esportivo (SUV), carroceria monobloco, 04 (quatro) portas laterais e 01 (uma) porta traseira, destinado ao transporte de passageiros e equipamentos operacionais, com compartimento interno único e porta-malas integrado;

3.7.1.2. O veículo deverá possuir capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o motorista, e porta-malas com capacidade mínima de 420 litros, destinado ao transporte de equipamentos utilizados nas atividades operacionais;

3.7.1.3. O veículo deverá ser novo (zero quilômetro), de primeiro uso, com ano de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano da assinatura do contrato, não sendo admitido veículo descontinuado ou fora de linha pelo fabricante.

3.8.	<i>MOTORIZAÇÃO E DESEMPENHO</i>
3.8.2.	Combustível: bicomcombustível (gasolina e etanol);
3.8.3.	Potência líquida mínima não inferior a 108 cv, em pelo menos um dos combustíveis;
3.8.4.	Torque líquido máximo mínimo de 15 kgf.m.
3.9.	<i>TRANSMISSÃO</i>
3.9.5.	Transmissão automática;
3.10.	<i>DIREÇÃO</i>
3.10.6.	Direção assistida, podendo ser elétrica, hidráulica, eletro-hidráulica ou similar;
3.11.	<i>SISTEMA DE FREIOS</i>
3.11.7.	Sistema de freios do tipo ABS (Antilock Braking System);
3.11.8.	Sistema de frenagem de alto desempenho, compatível com as exigências da atividade operacional de segurança pública, apto a suportar condições severas de uso.
3.12.	<i>SUSPENSÃO</i>
3.12.9.	Suspensão dianteira e traseira com características originais de linha de produção, compatíveis com o modelo do veículo ofertado.
3.13.	<i>DIMENSÕES MÍNIMAS</i>
3.13.10.	Altura: 1.560 mm;
3.13.11.	Comprimento: 4.150 mm;
3.13.12.	Largura: 1.710 mm;
3.13.13.	Distância mínima entre eixos: 2.650 mm.
3.14.	<i>RODAS E PNEUS</i>
3.14.14.	Rodas com aro não inferior a 15 polegadas;
3.14.15.	Pneu de estepe com roda no tamanho original das rodas do veículo.
3.15.	<i>EQUIPAMENTOS DE SÉRIE E ITENS DE SEGURANÇA</i>
3.15.16.	Ar-condicionado;
3.15.17.	Airbags;
3.15.18.	Controle eletrônico de estabilidade;
3.15.19.	Travas elétricas nas portas;
3.15.20.	Vidros laterais elétricos, conforme linha de produção do fabricante;
3.15.21.	Retrovisores externos com controle interno de direção;
3.15.22.	Cintos de segurança retráteis para os ocupantes;
3.15.23.	Câmera traseira para manobras;
3.15.24.	Sensor de ré;
3.15.25.	Jogo de tapetes de borracha.
3.15.26.	Farol localizador, com fio mínimo de 10 metros, com adaptador para ligação em tomada tipo acendedor de cigarros ou equivalente;
3.16.	<i>EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS</i>
3.16.27.	O veículo deverá possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito brasileira, incluindo:
3.16.27.4.	triângulo de sinalização;
3.16.27.5.	chave de roda;
3.16.27.6.	macaco;
3.16.27.7.	demais itens exigidos pelo CONTRAN.
3.17.	<i>REVESTIMENTOS E PROTEÇÕES INTERNAS</i>
3.17.28.	Bancos revestidos com capas de courvin, com reforço lateral acarpetado, incluindo os encostos de cabeça;
3.17.29.	Piso revestido em tecido lonado impermeabilizado removível, adequado para limpeza e manutenção em uso operacional.
3.18.	<i>ADAPTAÇÕES OPERACIONAIS</i>
3.19.	Compartimento para Transporte Humanizado de Detidos (CELA): O veículo deverá possuir compartimento traseiro adaptado para transporte de detidos, instalado na parte traseira do veículo, atendendo às seguintes especificações:
3.19.30.	Compartimento adaptado na área do porta-malas, mantendo capacidade mínima de 420 litros;
3.19.31.	Estrutura integrada ao veículo sem pontos cortantes ou superfícies que possam causar lesões.
3.19.32.	Reforço da fechadura da tampa traseira;
3.19.33.	Sistema de abertura com proteção contra acesso ou violação;
3.19.34.	Mecanismo interno isolado e blindado, impedindo abertura por objetos;
3.19.35.	Fechadura sem sistema de abertura interna, funcionando como trava de segurança tipo anti-sequestro.
3.19.36.	Peça inteira moldada em fibra ou ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) ou material equivalente;
3.19.37.	Espessura mínima de 3,5 mm;
3.19.38.	Aplicação em toda a base do compartimento, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros.
3.19.39.	Mínimo de dois pontos de drenagem, com tampas removíveis;
3.19.40.	Sistema que permita escoamento total de líquidos utilizados na limpeza, sem atingir componentes do veículo.
3.19.41.	Caso o estepe original esteja instalado no interior do porta-malas, deverá ser reposicionado adequadamente, sem comprometer a funcionalidade da adaptação.
3.19.42.	Divisória em policarbonato, permitindo visualização do compartimento traseiro e separando-o do compartimento de passageiros;
3.19.43.	Estrutura que permita circulação adequada de ar sem comprometer a segurança.
3.19.44.	Proteções em policarbonato em todos os vidros do compartimento;
3.19.45.	Vidros do porta-malas revestidos com película preta, impedindo visualização externa.
3.19.46.	Instalação de suporte para algemas junto à divisória, confeccionado em estrutura tubular de aço com diâmetro mínimo de 25 mm.
3.19.47.	A adaptação não deverá permitir acesso dos conduzidos a equipamentos ou componentes do veículo;
3.19.48.	O espaço originalmente destinado aos ocupantes do banco traseiro deverá permanecer inalterado;
3.19.49.	As peças deverão possuir fixação adequada, evitando vibrações, ruídos ou trincas.
3.20.	<u>ITEM 2: VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP 4X4</u>
3.21.	<i>CONFIGURAÇÃO BÁSICA DO VEÍCULO</i>
3.21.50.	O veículo deverá possuir as seguintes especificações mínimas:
3.21.50.8.	Veículo automotor tipo caminhonete pick-up, cabine dupla, 04 (quatro) portas, montado sobre estrutura de chassi, com compartimentos de passageiros e carga separados, carroceria em aço original de fábrica, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, admitindo variação de -5%.
3.21.50.9.	O veículo deverá possuir capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o motorista, distribuídos em 02 bancos dianteiros individuais e 01 banco traseiro com capacidade para 03 passageiros, bem como caçamba traseira destinada ao transporte de equipamentos operacionais, com resistência e capacidade compatíveis com as atividades de segurança pública.
3.21.50.10.	O veículo deverá ser novo (zero quilômetro), de primeiro uso, com ano de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano da assinatura do contrato, não sendo admitido veículo descontinuado ou fora de linha pelo fabricante.
3.21.51.	<i>MOTORIZAÇÃO E DESEMPENHO</i>

- 3.21.51.11. Combustível: Diesel
- 3.21.51.12. Turbo compressor com intercooler
- 3.21.51.13. Potência líquida mínima de 190 cv, admitindo variação de até -5%
- 3.21.51.14. Relação peso/potência máxima de 12,5 kg/cv
- 3.22. *TRANSMISSÃO*
- 3.22.52. Transmissão automática, com possibilidade de seleção manual de marchas na alavanca ou volante.
- 3.22.53. Sistema de tração:
- 3.22.53.15. 4x2
- 3.22.53.16. 4x4 High
- 3.22.53.17. 4x4 Low (reduzida)
- 3.22.54. ou sistema AWD permanente equivalente.
- 3.22.55. Deverá possuir bloqueio de diferencial, manual ou automático.
- 3.23. *DIREÇÃO*
- 3.23.56. O veículo deverá possuir direção assistida, podendo ser elétrica, hidráulica, eletro-hidráulica ou sistema equivalente.
- 3.24. *SISTEMA DE FREIOS*
- 3.24.57. Sistema de frenagem com freios ABS (Antilock Braking System) e distribuição eletrônica de frenagem (EBD).
- 3.24.58. Sistema de frenagem de alto desempenho, compatível com as exigências da atividade operacional de segurança pública, apto a suportar condições severas de uso.
- 3.25. *SISTEMA DE ESTABILIDADE E TRAÇÃO*
- 3.25.59. O veículo deverá possuir controle eletrônico de estabilidade (ESC) e controle de tração (TCS).
- 3.26. *SUSPENSÃO*
- 3.26.60. Suspensão com características originais de fábrica, adequada ao tipo de veículo e preparada para condições severas de uso operacional.
- 3.27. *DIMENSÕES MÍNIMAS*
- 3.27.61. Comprimento mínimo: 5.110 mm (±5%);
- 3.27.62. Largura mínima: 1.800 mm (±5%);
- 3.27.63. Altura mínima: 1.780 mm (±5%);
- 3.27.64. Distância entre eixos mínima: 3.000 mm (±5%);
- 3.27.65. Altura mínima do solo: 200 mm (±5%);
- 3.27.66. Capacidade mínima de carga: 1.000 kg (±5%);
- 3.27.67. Volume mínimo da caçamba: 1.000 litros (±5%).
- 3.28. *RODAS E PNEUS*
- 3.28.68. O veículo deverá possuir rodas originais de fábrica, em aço ou liga leve;
- 3.28.69. Pneus com largura mínima de 255 mm do tipo A/T (uso misto – asfalto e terra).
- 3.28.69.18. Será aceita roda de liga leve conforme original de fábrica, no entanto a contratada, em casos recorrentes de trinca ou quebra da roda, devido sua utilização off road, deverá analisar a peça, emitir laudo técnico, em todas as redes de concessionários, e repor a peça num prazo máximo de 20 dias úteis, caso não seja comprovado mal uso. Estepe com roda de liga leve (caso as 04 rodas sejam de liga leve), mantendo as dimensões das demais rodas do veículo.
- 3.28.70. O veículo deverá possuir pneu de estepe com roda no mesmo tamanho das rodas do veículo.
- 3.28.71. A data de fabricação dos pneus deverá ser do ano corrente, ou até 15 meses anteriores à entrega.
- 3.29. *EQUIPAMENTOS DE SÉRIE E ITENS DE SEGURANÇA*
- 3.29.72. O painel deverá possuir:
- 3.29.72.19. Tacômetro (conta-giros);
- 3.29.72.20. Indicador de nível de combustível;
- 3.29.72.21. Indicador de temperatura do motor.
- 3.29.73. Ar-condicionado de fábrica, com função quente e frio;
- 3.29.74. Vidros elétricos nas quatro portas;
- 3.29.75. Travas elétricas nas portas;
- 3.29.75.22. O veículo deverá possuir travas elétricas nas quatro portas, com sistema de fechamento e abertura por telecomando na chave.
- 3.29.75.23. As maçanetas internas deverão permitir abertura imediata das portas por dentro, independentemente do estado de travamento das portas, sem necessidade de acionamento de botões no console central,
- 3.29.76. Retrovisores externos com controle elétrico interno;
- 3.29.77. Limpador e lavador elétrico do para-brisa, com temporizador;
- 3.29.78. Desembaçador do vidro traseiro;
- 3.29.79. Jogo de tapetes de borracha originais, compatíveis com o modelo do veículo, com sistema de fixação no assoalho;
- 3.29.80. Cintos de segurança retráteis para todos os ocupantes;
- 3.29.81. Mínimo de 02 airbags frontais:
- 3.29.81.24. Caso o veículo possua airbags adicionais de fábrica, estes não poderão ser removidos ou desativados.
- 3.29.82. Câmera de ré integrada ao sistema multimídia do veículo, preferencialmente original ou opcional de fábrica, admitindo-se instalação por empresa homologada pelo fabricante;
- 3.29.83. Sensor de estacionamento traseiro, preferencialmente original de fábrica, admitindo-se instalação por empresa autorizada pelo fabricante quando não disponível na versão ofertada.
- 3.29.83.25. O sistema deverá possuir aviso sonoro ao condutor ao detectar obstáculos durante manobras em marcha ré.
- 3.29.84. Película de segurança transparente com controle solar em todos os vidros do veículo, incluindo o para-brisa.
- 3.29.84.26. Deverão ainda ser instaladas películas fumê nos vidros laterais e traseiro, respeitando os limites estabelecidos pela Resolução nº 254/2007 do CONTRAN.
- 3.29.84.27. As películas deverão garantir rejeição mínima de 90% da radiação ultravioleta (UV).
- 3.30. Tampa do tanque de combustível deverá conter identificação clara e permanente do tipo de combustível utilizado pelo veículo, evitando equívocos durante o abastecimento.
- 3.31. A iluminação interna deverá possuir controle autônomo na luminária, permitindo selecionar acendimento automático ao abrir as portas; ou bloqueio do acendimento automático.
- 3.32. O veículo deverá possuir no mínimo duas tomadas internas de 12 V, com tampa protetora (uma no padrão acendedor de cigarros e outra auxiliar) e uma tomada USB para alimentação de equipamentos eletrônicos.
- 3.32.85. O veículo deverá possuir kit multimídia original, contendo:
- 3.32.85.28. GPS integrado ou via espelhamento;
- 3.32.85.29. rádio AM/FM;
- 3.32.85.30. Bluetooth;
- 3.32.85.31. entrada USB;
- 3.32.85.32. mínimo de 4 alto-falantes e 2 tweeters.
- 3.33. *REVESTIMENTOS E PROTEÇÕES INTERNAS*
- 3.33.86. Bancos em couro, ou material equivalente utilizado pela montadora, sendo os dianteiros com regulagem de distância e inclinação e apoios de cabeça reguláveis
- 3.33.87. Revestimento sobre todo o piso (assoalho), resistente com costura dupla, impermeável e lavável, na cor preta, em material sintético (PVC), preso com velcro no carpete, instalado por baixo das borrachas que envolve o assoalho, cobrindo toda parte da forração original. Velcros costurados com linha poliamida Nº 40 e colados na parte superior do revestimento para fixar os tapetes de borracha.
- 3.34. *EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS*

- 3.34.88. O veículo deverá possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito brasileira, incluindo:
- 3.34.88.33. triângulo de sinalização;
- 3.34.88.34. chave de roda;
- 3.34.88.35. macaco;
- 3.34.88.36. demais itens exigidos pelo CONTRAN.
- 3.35. **ACESSÓRIOS OPERACIONAIS**
- 3.35.89. Engate para Reboque Traseiro: Instalação de engate para reboque traseiro fixo, desenvolvido especificamente para o modelo do veículo, fixado em pontos estruturais do chassi, com capacidade compatível com a Capacidade Máxima de Tração (CMT) do veículo.
- 3.35.89.37. O engate deverá possuir tomada elétrica instalada para reboque, ponto de ancoragem para corrente de segurança, cantos arredondados, sem superfícies cortantes e plaqueta metálica de identificação técnica, conforme a Resolução nº 197/2006 do CONTRAN.
- 3.35.89.38. A contratada deverá fornecer régua de teste para verificação das funções da tomada elétrica do engate.
- 3.36. Estribos Laterais: Instalação de estribos laterais na cor preta, compostos por duas peças em aço estruturado, com superfície superior antiderrapante, instalados abaixo das portas laterais da viatura.
- 3.36.90. Os estribos deverão ocupar todo o espaço entre as caixas de rodas dianteira e traseira, projetar-se aproximadamente 50 mm além do alinhamento das caixas de rodas, possuir fixação no chassi em no mínimo três pontos e suportar peso mínimo de 160 kg por lado.
- 3.37. Para-choque de Impulsão (Quebra-mato): Instalação de para-choque de impulsão em aço, fixado diretamente ao chassi do veículo, com quatro pontos de ancoragem, utilizando parafusos passantes e porcas travantes.
- 3.37.91. O equipamento deverá possuir duas barras verticais em aço com espessura mínima de 7 mm, revestidas com borracha de no mínimo 20 mm, barras tubulares laterais com diâmetro mínimo de 60 mm e espessura mínima de 4 mm, ponto de ancoragem reforçado para reboque, compatível com a Capacidade Máxima de Tração do veículo e receber tratamento anticorrosivo e pintura na cor preta semi-brilhante.
- 3.37.92. O dispositivo não poderá interferir no funcionamento do sistema de airbag do veículo.
- 3.38. **SISTEMA DE SINALIZAÇÃO ACÚSTICA E VISUAL, DE COMUNICAÇÃO E GRAFISMO**
- 3.39. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO
- 3.40. Sinalização visual - Barra Sinalizadora
- 3.40.93. A viatura deverá possuir sinalizador visual tipo barra, com formato linear, de arco, asa ou similar, instalado no teto da cabine do veículo, sobre base própria de fixação.
- 3.40.94. A barra sinalizadora deverá possuir as seguintes dimensões:
- 3.40.94.39. Comprimento: mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm;
- 3.40.94.40. Largura: mínima de 250 mm e máxima de 500 mm;
- 3.40.94.41. Altura: mínima de 55 mm e máxima de 110 mm.
- 3.40.95. A base estrutural da barra deverá ser construída em perfil de alumínio extrudado de alta resistência ou base plástica injetada em polímero ABS ou policarbonato de engenharia, na cor preta, garantindo elevada resistência estrutural, durabilidade e estabilidade dimensional.
- 3.40.96. A cobertura do conjunto luminoso deverá ser confeccionada em policarbonato transparente ou cristal, resistente a impactos, descoloração, amarelamento e radiação ultravioleta (UV), sendo vedada a utilização de materiais obtidos por processos de moldagem a vácuo.
- 3.40.97. A fixação da barra deverá ser realizada por suportes estruturais em aço, fixados ao teto do veículo por meio de parafusos passantes e porcas travantes, de modo a suportar vibrações, deslocamentos em alta velocidade e condições severas de operação.
- 3.40.98. O conjunto deverá possuir tratamento anticorrosivo e pintura na cor preta, sem interferir no funcionamento de antenas, sistemas eletrônicos ou dispositivos de segurança do veículo.
- 3.41. Conjuntos Luminosos
- 3.41.99. A barra sinalizadora deverá possuir conjunto luminoso composto por módulos de LED de alta intensidade, distribuídos de forma uniforme ao longo da estrutura.
- 3.41.100. O conjunto deverá possuir, no mínimo:
- 3.41.100.42. 20 refletores luminosos no total;
- 3.41.100.43. 07 refletores frontais;
- 3.41.100.44. 07 refletores traseiros;
- 3.41.100.45. 02 refletores laterais em cada lado da barra.
- 3.41.101. Cada refletor deverá possuir mínimo de 06 LEDs de alto desempenho, com lentes difusoras em policarbonato de engenharia, garantindo ampla distribuição luminosa e elevada visibilidade.
- 3.41.102. Os LEDs utilizados deverão possuir vida útil mínima de 50.000 horas.
- 3.41.103. O refletor central traseiro poderá possuir LEDs intercalados nas cores azul e vermelho, permitindo alteração de padrão luminoso conforme necessidade operacional.
- 3.42. Padrão de Cores
- 3.42.104. O sistema luminoso deverá obedecer ao seguinte padrão de cores Azul Integral.
- 3.42.105. Os módulos luminosos laterais deverão emitir luz branca, funcionando como luzes de beco ou luzes de abordagem, com acionamento independente pelo módulo de controle.
- 3.43. Luzes Auxiliares
- 3.43.106. O sistema deverá possuir luzes auxiliares integradas à barra sinalizadora, compostas por:
- 3.43.107. Luzes de Beco
- 3.43.107.46. Instaladas nas laterais da barra;
- 3.43.107.47. Compostas por no mínimo 03 LEDs de alta intensidade em cada lado;
- 3.43.107.48. Destinadas à iluminação lateral do veículo durante abordagens e operações noturnas.
- 3.43.108. Luzes de Abordagem
- 3.43.108.49. Instaladas na parte frontal da barra;
- 3.43.108.50. Compostas por no mínimo 03 LEDs de alta intensidade;
- 3.43.108.51. Destinadas à iluminação frontal durante abordagens policiais.
- 3.43.109. As luzes auxiliares deverão possuir acionamento independente através do módulo de controle.
- 3.44. Módulo de Controle
- 3.44.110. O sistema deverá possuir módulo eletrônico de controle central, instalado no interior da cabine do veículo, com acionamento manual pelo operador.
- 3.44.111. O módulo deverá permitir o acionamento independente das seguintes funções:
- 3.44.111.52. sinalização de patrulhamento;
- 3.44.111.53. sinalização de emergência;
- 3.44.111.54. sinalização de ponto de estacionamento;
- 3.44.111.55. acionamento das luzes de beco;
- 3.44.111.56. acionamento das luzes de abordagem;
- 3.44.111.57. acionamento do sistema acústico;
- 3.44.111.58. acionamento do buzinaador eletrônico (Horn).
- 3.44.112. O módulo deverá possuir teclas em silicone com iluminação de fundo, com identificação das funções e tecla específica para acionamento de função de emergência.
- 3.45. Sistema Acústico
- 3.45.113. O sistema acústico deverá ser composto por sirene eletrônica amplificada, com as seguintes características:
- 3.45.113.59. potência mínima de 100 W RMS;
- 3.45.113.60. pressão sonora mínima de 118 dB a 1 metro de distância;
- 3.45.113.61. mínimo de 06 tons distintos de sirene;
- 3.45.113.62. funcionamento integrado ao módulo de controle.

- 3.45.114. O sistema deverá possuir função Horn, permitindo emissão de sinal sonoro momentâneo por meio do acionamento da buzina do veículo.
- 3.45.115. A unidade amplificadora deverá ser instalada em local protegido no interior do veículo e conectada a alto-falante específico para uso policial, instalado na parte frontal do veículo.
- 3.46. Requisitos Elétricos
- 3.46.116. O circuito eletrônico do sistema de sinalização deverá possuir controle eletrônico de corrente aplicado aos LEDs, garantindo intensidade luminosa constante mesmo com o veículo desligado ou em baixa rotação.
- 3.46.117. O consumo máximo da barra sinalizadora, quando em funcionamento pleno, deverá ser igual ou inferior a 10 amperes.
- 3.46.118. O sistema deverá possuir proteção contra:
- 3.46.118.63. inversão de polaridade;
- 3.46.118.64. surtos de tensão;
- 3.46.118.65. sobrecarga elétrica;
- 3.46.118.66. interferência eletromagnética.
- 3.46.119. A instalação elétrica deverá ser realizada com cabos automotivos antichama, devidamente protegidos por conduítes e fixados de forma a evitar vibrações, atritos ou danos.
- 3.46.120. O sistema não poderá gerar interferências nos equipamentos de radiocomunicação da viatura.
- 3.47. Certificações e Ensaios
- 3.47.121. O conjunto de sinalização visual deverá atender às seguintes normas técnicas internacionais:
- 3.47.121.67. SAE J575 – Ensaio ambientais (vibração, poeira, umidade e corrosão);
- 3.47.121.68. SAE J595 – Classe 1 – Sinalização luminosa de emergência;
- 3.47.121.69. SAE J845 – Classe 1 – Dispositivos luminosos direcionais.
- 3.47.122. O equipamento deverá possuir certificação emitida por laboratório acreditado, comprovando atendimento às normas acima.
- 3.48. Condições Operacionais do Sistema
- 3.48.123. O sistema deverá ser projetado para operação em condições severas, incluindo:
- 3.48.123.70. vibração intensa;
- 3.48.123.71. exposição à poeira;
- 3.48.123.72. umidade;
- 3.48.123.73. variações térmicas.
- 3.48.124. O sistema elétrico do veículo deverá permitir funcionamento contínuo da sinalização visual por até 4 horas com o veículo desligado, mantendo carga suficiente na bateria para partida do motor.
- 3.49. Garantia do Sistema
- 3.49.125. O sistema de sinalização visual e acústica deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contra defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento, contados a partir da data de recebimento definitivo da viatura.
- 3.49.126. O sistema elétrico composto por cabeamento, alternador e bateria de 12 V, esta última fixada em compartimento específico, projetado para suportar vazamentos e vibrações extremas, devendo todo o sistema ser devidamente dimensionado para suportar simultaneamente todos os equipamentos de comunicação e sinalização (visual e acústica) instalados na viatura.
- 3.50. SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO
- 3.50.127. O veículo deverá estar equipado com rádio comunicador móvel digital, destinado ao uso em viatura policial, compatível com o sistema de radiocomunicação utilizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte – SESED/RN.
- 3.50.128. O equipamento deverá operar em modo dual (analogico e digital) no mesmo transceptor, permitindo programação por canal e operação compatível com os padrões de radiocomunicação utilizados pelos órgãos de segurança pública.
- 3.51. Padrão de Operação
- 3.51.129. O rádio deverá operar nos seguintes modos:
- 3.51.129.74. Modo analógico convencional;
- 3.51.129.75. Modo digital APCO Project 25 Fase 1 (FDMA);
- 3.51.129.76. Modo digital APCO Project 25 Fase 2 (TDMA).
- 3.51.130. O transceptor digital deverá atender aos parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definidos na Interface Aérea Comum (Common Air Interface – CAI) do padrão aberto Project 25 (APCO-25) da Association of Public Safety Communications Officials, conforme especificações publicadas na norma TSB102 da TIA/EIA.
- 3.52. Compatibilidade com Padrão Apco p25 Fase 2
- 3.52.131. O equipamento deverá atender aos parâmetros de compatibilidade definidos nas seguintes especificações técnicas:
- 3.52.131.77. TIA-102.BBAB – Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Physical Layer Protocol Specification;
- 3.52.131.78. TIA-102.BBAC – Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Media Access Control Layer Protocol Specification;
- 3.52.131.79. TIA-102.AABC-C – Control Channel Updates;
- 3.52.131.80. TIA-102.AAAD-A – Encryption Updates;
- 3.52.131.81. TIA-102.BABA-1 – Half Rate Vocoder Annex.
- 3.53. Modos de Operação
- 3.53.132. O rádio deverá permitir programação via software para operação nos seguintes modos:
- 3.53.133. Modo Convencional - Operação em canais convencionais analógicos ou digitais.
- 3.53.134. Modo Troncalizado - Operação em sistemas de controle inteligente (troncalizado) na faixa de 800 MHz, compatível com o padrão APCO Project 25 Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA.
- 3.54. Funções Operacionais
- 3.54.135. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
- 3.54.136. Identificação de Rádio (Unit ID) - Capacidade de envio e recepção de identificação eletrônica do rádio, conforme padrão aberto APCO Project 25, permitindo a identificação do rádio chamador no visor do equipamento nos modos:
- 3.54.136.82. troncalizado digital;
- 3.54.137. convencional digital.
- 3.54.138. Alarme de Emergência - Capacidade de envio de sinalização de emergência, mediante acionamento de botão dedicado.
- 3.54.138.83. Ao ser acionado, o rádio deverá transmitir automaticamente o alerta até receber confirmação de reconhecimento proveniente da infraestrutura do sistema.
- 3.54.139. Inibição Remota - O equipamento deverá permitir habilitação ou desabilitação remota do rádio a partir de comando enviado pela infraestrutura do sistema de radiocomunicação, conforme padrão APCO Project 25.
- 3.55. Criptografia
- 3.55.140. O rádio deverá possuir capacidade de operação com criptografia digital padrão AES-256, garantindo segurança nas comunicações operacionais.
- 3.55.141. A programação e gerenciamento das chaves criptográficas deverão ser realizados por meio de software específico, compatível com o sistema utilizado pela SESED/RN.
- 3.56. Programação e Configuração
- 3.56.142. O equipamento deverá permitir:
- 3.56.142.84. Programação de parâmetros operacionais por meio de computador padrão PC;
- 3.56.142.85. Utilização de interface USB para configuração local;
- 3.56.142.86. Programação over-the-air (OTA) compatível com o sistema de radiocomunicação utilizado pela SESED/RN.
- 3.56.143. O rádio deverá ser totalmente compatível com o sistema de radiocomunicação de voz e dados da região metropolitana de Natal, operado pela estrutura do CIOSP/SESED-RN.
- 3.57. Sistema de Geolocalização
- 3.57.144. O equipamento deverá possuir receptor GPS integrado ao transceptor, com as seguintes características mínimas:
- 3.57.144.87. Receptor embutido;
- 3.57.144.88. Mínimo de 12 canais de recepção;

3.57.144.89. Capacidade de envio automático das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação.

3.58. Especificações de Frequência

3.58.145. Transmissor

3.58.146. Faixa de frequência:

3.58.146.90. 806 – 824 MHz

3.58.146.91. 851 – 869 MHz

3.58.147. Espaçamento de canal:

3.58.147.92. 25 kHz

3.58.147.93. 12,5 kHz

3.58.148. Receptor

3.58.149. Faixa de frequência:

3.58.149.94. 851 – 869 MHz

3.58.150. Espaçamento de canal:

3.58.150.95. 25 kHz

3.58.150.96. 12,5 kHz

3.59. Compatibilidade com o Sistema Estadual

3.59.151. O rádio deverá ser plenamente compatível com o sistema de comunicação utilizado pelo CIOSP/SESED, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte.

3.60. Acessórios e Suporte Técnico

3.60.152. A contratada deverá fornecer, juntamente com os equipamentos:

3.60.152.97. 10 (dez) cabos de programação e criptografia, compatíveis com o modelo de rádio fornecido;

3.60.152.98. Software necessário para configuração e gerenciamento do equipamento;

3.60.152.99. Documentação técnica e manuais de operação.

3.61. GRAFISMO INSTITUCIONAL

3.61.153. As viaturas deverão ser entregues com grafismo institucional padronizado, conforme identidade visual adotada pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, estabelecido no MANUAL DE REGULAMENTAÇÃO DE USO E IDENTIDADE VISUAL DAS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

3.61.154. O grafismo deverá:

3.61.154.100. Ser aplicado em toda a carroceria, conforme padrão definido pela Administração;

3.61.154.101. Utilizar material adesivo de alta durabilidade e resistência;

3.61.154.102. Possuir proteção contra radiação UV, intempéries e desgaste operacional;

3.61.154.103. Apresentar alta qualidade de impressão e acabamento.

3.61.155. A numeração e as matrizes da PMRN serão enviados à contratada, por ocasião da plotagem das viaturas.

3.62. Manutenção e Atualização do Grafismo

3.63. A contratada deverá assegurar a manutenção do grafismo institucional durante toda a vigência contratual, garantindo sua integridade, legibilidade e padronização.

3.63.156. A Administração poderá solicitar a manutenção, reparo ou substituição da plotagem nos casos de desgaste natural, avarias decorrentes do uso operacional ou perda das características originais.

3.63.156.104. Manutenção, reparo ou substituição da plotagem, em caso de desgaste, avarias ou perda de padrão;

3.63.156.105. Atualização ou substituição da matriz de grafismo, em razão de mudanças institucionais ou operacionais.

3.63.156.106. As solicitações deverão ser atendidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

3.63.157. As solicitações deverão observar critérios de razoabilidade e necessidade operacional, sendo vedadas exigências desproporcionais ou desvinculadas do objeto contratual.

3.63.158. As licitantes interessadas em conhecer detalhadamente o grafismo das Instituições (padrão das cores e o layout da aplicação das cores e dos adesivos), poderão oficiar a contratante para que seja disponibilizada uma mídia contendo o padrão abaixo:

Veículo tipo SUV:



Veículo tipo Caminhonete:



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.64. Disposições Gerais

4.64.159. A contratação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, devendo os licitantes atender a requisitos indispensáveis e padrões mínimos de qualidade, conforme especificações deste Termo de Referência.

4.64.160. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo de locação de veículos, devidamente constituída e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente, bem como com os critérios de sustentabilidade estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.

4.64.161. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, incluindo a comprovação de frota mínima correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo contratado para cada item, assegurando capacidade operacional suficiente para substituição imediata de veículos em situações de manutenção preventiva, corretiva, defeitos, casos fortuitos ou força maior, sem prejuízo à continuidade do serviço.

4.64.162. A Contratada será responsável pela observância de todas as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato. Durante a execução contratual, deverá:

4.64.162.107. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento da legislação social e trabalhista, especialmente quanto aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;

4.64.162.108. Efetuar o pagamento de impostos, taxas, contribuições e demais encargos fiscais incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto contratual, até o recebimento definitivo dos serviços;

4.64.162.109. Possibilitar à Contratante a fiscalização permanente quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos alocados ao contrato.

4.64.163. A Contratada deverá adotar práticas de gestão que assegurem os direitos trabalhistas, bem como o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, mantendo equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços em perfeito estado de funcionamento.

4.64.164. A fiscalização da execução abrangerá o cumprimento das metas e condições estabelecidas no Termo de Referência e/ou Contrato, podendo resultar em glosa da fatura em caso de descumprimento.

4.64.165. A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços. Não será admitida recusa na prestação dos serviços em razão de sobrecarga da capacidade instalada da contratada.

4.65. Condições Operacionais da Locação

4.65.166. Os veículos deverão ser disponibilizados devidamente licenciados, emplacados e regularizados junto aos órgãos de trânsito competentes.

4.65.167. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, com todos os equipamentos e adaptações previstos neste Termo de Referência instalados e plenamente operacionais.

4.65.168. Os veículos deverão ser disponibilizados com quilometragem livre, considerando a natureza operacional das atividades de policiamento ostensivo.

4.65.169. Os veículos deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, aptos para utilização imediata.

4.65.170. A contratada deverá disponibilizar estrutura técnica e logística suficiente para atendimento em todo o território do Estado do Rio Grande do Norte, garantindo a continuidade da prestação do serviço.

4.65.171. A contratada deverá manter estrutura técnica e logística capaz de garantir o cumprimento imediato das substituições e manutenções necessárias, observando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para recolhimento e reposição de veículos, sempre que houver indisponibilidade por manutenção preventiva, corretiva, falha mecânica, sinistro ou qualquer outra ocorrência que comprometa sua utilização operacional.

4.65.172. A contratada deverá manter reserva técnica mínima correspondente a 10% (dez por cento) da frota contratada, destinada à substituição imediata de veículos indisponíveis.

4.66. Manutenção dos Veículos

4.66.173. A contratada será responsável pela realização de toda a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo substituição de peças, componentes, acessórios e mão de obra necessários ao pleno funcionamento da frota.

4.66.174. Em caso de pane mecânica, falha operacional, acidente, manutenção ou qualquer situação que impeça a utilização do veículo, a contratada deverá providenciar substituição por veículo de características equivalentes ou superiores no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação pela Administração.

4.66.175. Durante toda a vigência contratual, os veículos deverão manter padrão adequado de conservação, desempenho e segurança, compatível com a atividade policial.

4.66.176. A Administração poderá determinar a substituição de veículos que apresentem:

4.66.176.110. Desgaste excessivo;

4.66.176.111. Falhas mecânicas recorrentes;

4.66.176.112. Comprometimento da segurança operacional;

4.66.176.113. Condições inadequadas de conservação.

4.66.177. Os veículos também deverão ser substituídos, conforme plano de gestão de frota.

4.66.178. As manutenções preventiva e corretiva serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, sem ônus adicional para a Administração.

4.66.179. A contratada deverá manter ou estabelecer estrutura de apoio para recebimento, recolhimento e atendimento técnico dos veículos nos municípios de Natal, Mossoró e Caicó, de modo a garantir a adequada logística de manutenção, substituição e suporte operacional da frota.

4.67. Seguro e Sinistros

4.67.180. Todos os veículos deverão possuir seguro total, contratado pela empresa locadora, com cobertura mínima contra:

4.67.180.114. colisão;

4.67.180.115. incêndio;

4.67.180.116. roubo ou furto;

4.67.180.117. perda total;

4.67.180.118. danos materiais;

4.67.180.119. danos corporais;

4.67.180.120. danos causados a terceiros.

4.67.181. Em caso de sinistro, roubo, furto ou perda total do veículo, a contratada deverá providenciar a substituição por outro veículo de características equivalentes ou superiores no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da continuidade do serviço.

4.67.182. As providências administrativas relacionadas a registro de sinistro, acionamento de seguro, remoção do veículo e demais procedimentos correlatos serão de responsabilidade da contratada.

4.67.183. Nos casos de sinistro envolvendo os veículos locados, quando comprovada a responsabilidade do condutor vinculado à Administração, o ressarcimento à contratada ocorrerá da seguinte forma:

4.67.183.121. Quando o valor do reparo for inferior ao valor da franquia, o ressarcimento corresponderá ao valor efetivo do conserto;

4.67.183.122. Quando o valor do sinistro ultrapassar o valor da franquia, o ressarcimento corresponderá ao valor da franquia contratual do seguro.

4.67.184. O ressarcimento somente ocorrerá após regular apuração administrativa, com a devida identificação do condutor responsável e comprovação das despesas pela contratada.

4.67.185. A contratada não poderá optar por sistema de autogestão ou auto-seguro, devendo obrigatoriamente contratar seguro junto a empresa seguradora devidamente autorizada.

4.68. Multas e Infrações de Trânsito

4.68.186. As notificações de infrações de trânsito eventualmente registradas deverão ser encaminhadas pela contratada à Administração para identificação do condutor responsável.

4.68.187. Caberá à contratada realizar os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos de trânsito para indicação do condutor infrator, quando solicitado pela Administração.

4.68.188. O pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito será de responsabilidade da Administração quando comprovada a responsabilidade do condutor, observado o devido processo administrativo interno.

4.68.189. Após esgotadas as possibilidades de defesa administrativa e mantida a penalidade, a contratada poderá realizar a cobrança da multa à Administração a título de ressarcimento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, desde que comprovado:

4.68.189.123. O indeferimento da defesa apresentada;

4.68.189.124. A identificação do condutor responsável pela infração;

4.68.189.125. A ausência de pagamento da multa pelo condutor junto ao órgão de trânsito competente

4.68.190. Permanecerão sob responsabilidade da contratada as multas ou penalidades decorrentes de irregularidades administrativas do veículo, tais como:

4.68.190.126. licenciamento vencido;

4.68.190.127. irregularidades documentais;

4.68.190.128. problemas de conservação obrigatória do veículo.

4.69. Condições da Frota

4.69.191. Os veículos deverão ser novos ou zero quilômetro, fabricados no ano vigente ou, no máximo, no ano imediatamente anterior ao da entrega à Administração.

4.69.192. Os veículos deverão permanecer à disposição da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento exclusivo das necessidades do serviço.

4.69.193. Eventuais recolhimentos para manutenção preventiva ou corretiva deverão ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante substituição imediata por veículo de características equivalentes ou superiores, pelo período necessário à realização da manutenção.

4.69.194. Os veículos deverão possuir características adequadas de resistência, desempenho e segurança, compatíveis com a utilização em atividades de policiamento ostensivo.

- 4.70.**Equipamentos e Adaptações**
- 4.70.195. Todos os veículos deverão ser entregues devidamente equipados e adaptados, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.70.196. As viaturas deverão ser fornecidas devidamente equipadas com sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação e grafismo institucional conforme padrão adotado pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, bem como com todas as adaptações operacionais previstas neste Termo de Referência, devidamente instaladas e plenamente funcionais no momento da entrega dos veículos.
- 4.70.197. A adaptação destinada ao transporte de detidos (cela) será exigida exclusivamente para os veículos do tipo SUV, não sendo aplicável aos veículos do tipo caminhonete pick-up.
- 4.70.198. Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com o sistema elétrico dos veículos e devidamente dimensionados para operação contínua em regime operacional de 24 (vinte e quatro) horas, considerando a utilização simultânea dos sistemas de sinalização visual, acústica e de radiocomunicação instalados na viatura.
- 4.70.199. Os equipamentos deverão ser instalados de forma a não interferir no funcionamento dos sistemas eletrônicos originais do veículo, tais como sistemas de segurança, airbag, controle de estabilidade, sistema de freios, sensores ou antenas.
- 4.71.**Crítérios de Sustentabilidade**
- 4.71.200. Em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos artigos 5º, 11, inciso IV, 18, §1º, inciso XII e 20, inciso III, esta contratação observa os princípios da eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável, integrando critérios de sustentabilidade ambiental ao processo de aquisição.
- 4.71.201. Considerando as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, e atendendo às exigências legais aplicáveis, a especificação do veículo a ser adquirido deverá contemplar, sempre que tecnicamente viável, as seguintes exigências e características de sustentabilidade:
- 4.71.201.129. Classificado no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV/INMETRO), em eficiência energética;
- 4.71.201.130. Baixas emissões de gases poluentes, conforme parâmetros do Proconve (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores);
- 4.71.201.131. Uso de tecnologia que proporcione menor consumo de combustível (ex.: motores com sistema start-stop, motor flex com alta eficiência, entre outros);
- 4.71.201.132. Possibilidade de aquisição de veículos com motorização flex, híbrida ou elétrica, quando viável e compatível com a destinação do bem;
- 4.71.201.133. Durabilidade, manutenção facilitada e disponibilidade de peças no mercado nacional, reduzindo o descarte prematuro e promovendo o uso prolongado do bem.
- 4.71.202. Além disso, serão priorizados veículos com menor impacto ambiental ao longo do seu ciclo de vida útil, respeitando os critérios técnicos, operacionais e orçamentários da Administração.
- 4.71.203. Essas exigências visam alinhar a aquisição com os objetivos da política pública de sustentabilidade, reduzindo o impacto ambiental das frotas públicas e promovendo a responsabilidade socioambiental nas contratações governamentais.
- 4.72.**Condições administrativas de execução**
- 4.72.204. A contratada deverá:
- 4.72.204.134. Prestar os serviços em conformidade com todas as especificações constantes do edital, seus anexos e do contrato;
- 4.72.204.135. Disponibilizar os veículos sem limite de quilometragem, considerando a natureza operacional do serviço;
- 4.72.204.136. Manter os veículos registrados em seu nome e devidamente emplacados no Estado do Rio Grande do Norte;
- 4.72.204.137. Permitir, quando solicitado pela Administração, a instalação de equipamentos de controle de uso e consumo de combustível nos veículos objeto da contratação;
- 4.72.204.138. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- 4.73.**Subcontratação**
- 4.73.205. Fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, nos termos do art. 121, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o serviço a ser prestado envolve a execução direta de obrigações contratuais relacionadas à locação, manutenção e gestão de frota de veículos policiais, cuja responsabilidade técnica, operacional e jurídica deve ser integralmente assumida pela empresa contratada.
- 4.73.206. A eventual transferência de execução, cessão ou subcontratação de qualquer parcela do contrato caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas em lei e no instrumento contratual, inclusive rescisão unilateral por inadimplemento, conforme dispõe o art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.74.**Garantia da Contratação**
- 4.74.207. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da homologação e ANTERIOR à assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 2% (dois por cento) sobre o valor anual do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:
- 4.74.207.139. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Fazenda.
- 4.74.207.140. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.
- 4.74.207.141. Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”; ou Fiança bancária.
- 4.74.207.142. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 30% (trinta por cento).
- 4.74.207.143. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (dois por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
- 4.74.208. A retenção efetuada com base no item 4.11.1.3 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
- 4.74.209. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 4.11.1.3 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 4.74.210. Quando a contratada optar pela prestação na forma de seguro-garantia, este terá por objetivo assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante a Administração, inclusive multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, conforme previsão do art. 97 da NLLC, observando-se:
- 4.74.210.144. O prazo de vigência da apólice deverá ser igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal, acompanhando as eventuais prorrogações ou alterações contratuais, mediante emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- 4.74.210.145. O seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o pagamento do prêmio nas datas convencionadas.
- 4.75.**Da Reserva de Cota Exclusiva para ME e EPP**
- 4.75.211. A contratação refere-se à locação de 159 viaturas padronizadas para atendimento contínuo das atividades da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.
- 4.75.212. Embora a legislação admita reserva de cotas para ME/EPP em objetos divisíveis, verifica-se que o presente objeto não comporta fracionamento, sob pena de comprometer:
- 4.75.212.146. A padronização da frota;
- 4.75.212.147. Manutenção unificada;
- 4.75.212.148. Logística de substituição;
- 4.75.212.149. Economicidade da contratação;
- 4.75.212.150. e, a mitigação de riscos operacionais.
- 4.75.212.151. Dessa forma, não será aplicada cota reservada para ME/EPP, mantendo-se a ampla competitividade, nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.76.**Da Participação em Consórcio**
- 4.76.213. O objeto da contratação consiste na locação de 159 viaturas destinadas exclusivamente à PMRN, com fornecimento padronizado e em escala compatível com a atuação individual de empresas do ramo.
- 4.76.214. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação em consórcio mostra-se desnecessária e desvantajosa, em razão de:
- 4.76.214.152. Possíveis dificuldades na gestão e fiscalização contratual;
- 4.76.214.153. Prejuízo à economia de escala;
- 4.76.214.154. Suficiência do mercado, que dispõe de empresas aptas a atender integralmente o objeto.
- 4.76.215. Sendo assim, fica vedada a participação de consórcios, conforme art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.**MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 5.77.**Recebimento dos Veículos**
- 5.77.216. Os veículos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, mediante vistoria técnica destinada à verificação do atendimento às especificações deste Termo de Referência, podendo ser recusados em caso de desconformidade.
- 5.78.**Prazo de Entrega**
- 5.78.217. O veículo protótipo deverá ser apresentado no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até **15 (quinze) dias**, mediante solicitação justificada da contratada.
- 5.78.218. Após aprovação do protótipo, os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados da data de validação do protótipo, em dias úteis, no horário das 08h às 13h, no local designado pela Administração, com acompanhamento e fiscalização por representantes da Contratante, para verificação da conformidade com as especificações contratuais.

5.78.219. Cronograma de Entrega:

1ª Entrega	60 veículos: 25 SUV's e 35 Caminhonetes	50 dias após aprovação protótipo
2ª Entrega	50 veículos: 25 SUV's e 35 Caminhonetes	65 dias após aprovação protótipo
3ª Entrega	49 veículos: 20 SUV's e 19 Caminhonetes	90 dias após aprovação protótipo

5.78.220. O cronograma poderá ser ajustado mediante solicitação da contratada e aprovação do ordenador de despesas.

5.79. **Das Condições Gerais dos Serviços de Gestão de Frota:**

5.79.221. Os serviços de gestão com manutenção, caracterizam-se pelo processo de administração da frota, no aspecto da sua contínua disponibilização para os trabalhos da Polícia Militar, mediante as seguintes ações: realização de manutenções preventivas e corretivas, disponibilização de sistema específico para o controle e registro das medidas de gestão com manutenção e determinação do desempenho operacional de cada veículo.

5.79.222. Disponibilização de veículos reserva, com as mesmas características técnicas para comportar eventuais substituições por indisponibilidade, de modo a garantir-se a continuidade dos veículos em operação, respeitado, todavia, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituições na quantidade de no mínimo 10% (dez por cento);

5.79.223. Os veículos reservas devem ser em nome da empresa contratada.

5.79.224. Padrão mínimo para o Plano de Gestão da Frota com Manutenção:

5.79.224.155. Especificação da frota: declaração constando fabricante, marca, modelo, capacidade, bem como referências dos veículos locados, incluindo as especificações descritas neste termo e os equipamentos de série e os opcionais disponibilizados, se for o caso;

5.79.224.156. Pneus: A cada 10.000 (dez mil) Km a contratada deverá proceder ao rodízio de pneus, de acordo com o fabricante do veículo, bem como a verificação do balanceamento dos conjuntos roda/pneus e conferência do alinhamento da direção. Os pneus devem ser substituídos quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem atingirem o limite de uso, o sulco mínimo do pneu estiver menor que 1,6 mm, analisado através do indicador de desgaste de rodagem, chamado de TWI (Tread Wear Indicator), presente na banda de rodagem de todos os pneus.

5.80. **Plano de Gestão de Frota**

5.80.225. Plano de manutenção e conservação:

5.80.225.157. Socorro mecânico externo 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, incluso no serviço;

5.80.225.158. Imediata reposição de veículos paralisados, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;

5.80.225.159. Garantia de atendimento todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, em todo o Estado do Rio Grande do Norte;

5.80.225.160. Garantia de atendimento em todo o território nacional, para os casos de eventuais deslocamentos de veículos em viagem;

5.80.225.161. Revisão preventiva a cada 10.000 (dez) mil Km rodados, com cumprimento total e observância de todos os itens do Plano de Revisão, permitindo-se logicamente, variações de quilometragem tecnicamente possíveis;

5.80.225.162. Ressalvando-se as exceções definidas no manual de garantia e manutenção do fabricante.

5.80.226. Os veículos locados ficarão à disposição da(s) instituições PMRN, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

5.81. **Renovação da Frota**

5.81.227. Os veículos deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) meses, contados da data de entrega à Administração, ou quando atingirem 200.000 (duzentos mil) quilômetros rodados, prevalecendo o critério que ocorrer primeiro.

5.81.228. A substituição deverá ocorrer por veículos novos (zero quilômetro), que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6. **MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

6.82. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.83. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.84. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.85. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.86. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.87. A contratada deverá assegurar a disponibilidade contínua da frota, garantindo a manutenção das condições operacionais dos veículos durante toda a vigência contratual.

6.88. A fiscalização acompanhará, no mínimo, a disponibilidade da frota em operação, o cumprimento do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para substituição de veículos indisponíveis, o cumprimento dos planos de manutenção preventiva e corretiva, o estado de conservação e funcionamento dos veículos, bem como o atendimento às demandas operacionais da Administração.

6.89. A Administração poderá realizar inspeções periódicas ou extraordinárias, a qualquer tempo, para verificação das condições da frota.

6.90. O descumprimento das condições operacionais poderá ensejar aplicação de sanções, bem como glosa proporcional nos pagamentos.

6.91. **Fiscalização**

6.92. A gestão e fiscalização para o acompanhamento do instrumento contratual serão realizadas respectivamente, pelo Chefe do Parque de Motomecanização (**gestor do contrato**), e pelos servidores Gleidson Silva Cabral - 2º Sgt PM, Matrícula nº 164.383-5 (**fiscal do contrato**) e Humberto Lionézio Leite Júnior - 3º Sgt PM, Matrícula nº 207.975-5 (**fiscal suplente**), que deverá observar o cumprimento das obrigações pactuadas, quanto a execução do objeto deste contrato.

6.93. **Fiscalização Técnica**

6.93.229. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.93.230. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.93.231. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção

6.93.232. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.93.233. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.93.234. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.94. **Fiscalização Administrativa**

6.94.235. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.94.236. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.94.236.163. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.95. **Gestor do Contrato**

6.95.237. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.95.238. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.95.239. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.95.240. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.95.241. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.95.242. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

6.95.243. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

7.96. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.96.244. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

7.96.244.164. A adoção da modalidade pregão eletrônico e do critério de julgamento pelo menor preço mostra-se adequada à natureza do objeto, classificado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado.

7.96.244.165. A escolha do critério de julgamento pelo menor preço observa os princípios da economicidade, competitividade e eficiência administrativa, assegurando ampla concorrência entre os licitantes aptos à execução do objeto, sem prejuízo da qualidade mínima exigida para a prestação dos serviços.

7.97. Forma de fornecimento

7.97.245. O fornecimento dos serviços ocorrerá conforme item 5, do tópico **Modelo de Execução Contratual**, constante neste documento.

7.98. Exigências de habilitação

7.98.246. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

7.98.246.166. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**;

7.98.246.167. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União;

7.98.246.168. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.98.247. As exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência possuem fundamento nos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021 e têm por finalidade assegurar que a futura contratada possua capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e capacidade econômico-financeira compatíveis com a complexidade operacional e dimensão da contratação.

7.98.248. Considerando que o objeto envolve a disponibilização contínua de viaturas policiais caracterizadas, equipadas e adaptadas para utilização intensiva nas atividades operacionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, as exigências estabelecidas mostram-se indispensáveis para garantir a adequada execução contratual e a continuidade do serviço público essencial de segurança pública.

7.98.249. As condições de habilitação foram definidas em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e interesse público, não impondo restrições indevidas ao caráter competitivo do certame.

7.99. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.100. Habilitação jurídica

7.100.250. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.100.250.169Sociedade empresarial, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.100.250.170Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.100.250.171Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.100.250.172Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.100.250.173Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

7.100.250.174Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.100.250.175Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.100.251. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.101. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.101.252. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.101.253. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.101.254. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.101.255. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.101.256. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.101.257. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.101.258. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.101.259. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.102. Qualificação Econômico-Financeira

7.102.260. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

7.102.261. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

7.102.262. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.102.262.176Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), possuem a finalidade de demonstrar a capacidade financeira mínima da licitante para suportar os custos operacionais da contratação, garantindo condições de cumprir regularmente suas obrigações de curto e longo prazo durante toda a execução contratual.

7.102.263. A exigência dos referidos índices observa práticas consolidadas da Administração Pública e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especialmente a Súmula nº 289 do TCU, sendo compatível com o porte, vulto financeiro e complexidade operacional da contratação.

7.102.264. Considerando que a contratação envolve significativa mobilização de capital para disponibilização da frota, caracterização policial, instalação de equipamentos, contratação de seguros, manutenção preventiva e corretiva, gestão operacional e substituição contínua de viaturas, mostra-se necessária a comprovação de capacidade econômico-financeira mínima da futura contratada, de modo a mitigar riscos de descontinuidade da prestação do serviço público essencial de segurança pública.

7.102.265. Os índices serão obtidos mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

7.102.266. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.102.267. A exigência subsidiária de patrimônio líquido mínimo justifica-se em razão da elevada dimensão financeira da contratação e da necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade econômica suficiente para suportar investimentos iniciais relacionados à disponibilização da frota, caracterização policial, seguros, manutenção preventiva e corretiva, gestão operacional e substituição emergencial de veículos.

7.102.268. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.102.269. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

- 7.102.270. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 7.102.271. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 7.103. **Qualificação Técnica**
- 7.103.272. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional em plena validade;*
- 7.103.273. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 7.103.274. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante:*
- 7.103.274.177Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 7.103.275. A exigência de comprovação de capacidade técnica possui a finalidade de assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia compatível com a complexidade tecnológica e operacional do objeto, especialmente em contratos de gestão e locação de frota em larga escala.
- 7.103.276. Considerando que o objeto envolve veículos caracterizados para atividade policial ostensiva, manutenção contínua, reposição emergencial de viaturas, gestão operacional da frota e atendimento em todo o território estadual, mostra-se indispensável a comprovação de aptidão técnica mínima para execução contratual.
- 7.103.277. A Administração optou por não exigir quantitativos excessivos ou experiência idêntica ao objeto licitado, limitando-se à comprovação de execução de serviços compatíveis em características e complexidade operacional, em observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da ampla competitividade e razoabilidade.
- 7.103.278. Será admitido o somatório de atestados executados de forma concomitante, medida que amplia a competitividade e possibilita a participação de empresas com experiência operacional comprovada em contratos distintos.
- 7.103.279. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*
- 7.103.280. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 7.103.280.178A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 7.103.280.179A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 7.103.280.180A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 7.103.280.181O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 7.103.280.182A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 7.103.280.183Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 7.103.280.184A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 7.103.281. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 7.103.282. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 7.103.282.185A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 7.103.282.186A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 7.103.282.187A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 7.103.282.188O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 7.103.282.189O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 7.103.282.190Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 7.103.282.191A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.104. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 8.105. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 8.106. Os veículos disponibilizados serão vistoriados por agente designado pelo contratante, que verificará se os mesmos atendem às especificações solicitadas no Contrato, de acordo com o constante dos itens discriminados no Termo de Referência, do Edital licitatório, e às quantidades requisitadas.
- 8.107. Caso o(s) veículo(s) não esteja(m) de acordo com as especificações solicitadas, o(s) mesmo(s) será (ao) recusado(s), cabendo à CONTRATADA substituí-lo(s) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por outro(s) que atenda(m) ao solicitado, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 8.108. **Recebimento**
- 8.108.283. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, para fins de verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, especialmente quanto à disponibilidade da frota, regularidade da prestação do serviço e conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.108.284. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após verificação do cumprimento integral das exigências contratuais e mediante termo circunstanciado, desde que não haja pendências técnicas ou administrativas.
- 8.108.285. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.108.286. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.108.287. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.108.287.192A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.108.287.193O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.108.287.194Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.108.288. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.108.289. Exaurido o prazo do recebimento provisório, os serviços serão considerados recebidos definitivamente pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.108.289.195Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.
- 8.108.289.196Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 8.108.289.197Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 8.108.289.198Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.108.290. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.108.291. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.108.292. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.108.293. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá após a validação integral da execução contratual no período de referência, mediante verificação da conformidade da prestação do serviço com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, podendo ensejar glosa proporcional nos casos de descumprimento.

- 8.108.294. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.109. **Liquidação**
- 8.109.295. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.109.295.199O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.109.296. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.109.296.200O prazo de validade;
- 8.109.296.201A data da emissão;
- 8.109.296.202Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.109.296.203O período respectivo de execução do contrato;
- 8.109.296.204O valor a pagar; e
- 8.109.296.205Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.109.297. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.109.298. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.109.299. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.109.300. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.109.301. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.109.302. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.109.303. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.110. **Prazo de pagamento**
- 8.110.304. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 8.110.305. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-e de correção monetária
- 8.111. **Forma de pagamento**
- 8.111.306. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.111.307. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.111.308. O pagamento da(s) nota(s) fiscal(ais) fica condicionado ao fiel cumprimento da execução do objeto, bem como deverá estar vinculado a nota de empenho anteriormente emitida.
- 8.111.309. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.111.310. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.111.311. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 9.112. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.113. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 9.113.312. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.113.313. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.113.314. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 9.113.315. **Multa:**
- 9.113.315.206Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 9.113.315.207Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 9.113.315.208Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10 % (dez por cento) do valor da contratação.
- 9.113.315.209Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 8% (oito por cento) do valor da contratação.
- 9.113.315.210Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 6 % (seis por cento) do valor da contratação.
- 9.113.315.211Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 4% (quatro por cento) do valor da contratação.
- 9.113.315.212Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 2 % (dois por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações:
- 9.114. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 9.115. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.116. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.117. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.118. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.119. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.119.316. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 9.119.317. Os Endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 9.120. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.120.318. atureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.120.319. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.120.320. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.120.321. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 9.120.322. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.121. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.122. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 9.123. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 9.123.323. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 9.124. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133, de 2021.
- 9.125. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.126. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 49.038.249,90 (quarenta e nove milhões, trinta e oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)** para o período de **30 (trinta) meses**.
- 10.127. Atendendo ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021, registra-se que a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa mercadológica formalmente realizada nos autos do processo administrativo, observando os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
- 10.128. A pesquisa de preços encontra-se materializada em documento próprio ID. nº (39714701), acompanhado das respectivas memórias de cálculo, mapas comparativos, metodologia estatística adotada e documentos comprobatórios das cotações e contratações utilizadas como referência ID. nº (39763937).
- 10.129. Foram utilizados, como parâmetros principais para formação da estimativa:
- 10.129.324. contratações públicas similares constantes no Painel Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- 10.129.325. contratos administrativos contemporâneos firmados por outros órgãos públicos;
- 10.129.326. pesquisa comparativa junto ao mercado especializado; e
- 10.129.327. análise estatística dos valores coletados.
- 10.130. A metodologia adotada para definição dos preços referenciais observou a média aritmética dos valores válidos obtidos na pesquisa, em conformidade com o art. 6º, §2º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, após análise de compatibilidade mercadológica dos preços coletados.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.131. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – PMRN, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e da Lei Orçamentária Anual correspondente.
- 11.132. Conforme informação da Diretoria de Finanças da PMRN constante nos autos ID. nº (40232265), há previsão de saldo orçamentário para suporte da despesa decorrente da contratação pretendida, estando a despesa compatível com o planejamento orçamentário institucional.
- 11.133. As despesas decorrentes da presente contratação correrão na dotação informada abaixo:
- 11.133.327.21Inidade Gestora: 150001;
- 11.133.327.21Gestão: 00001;
- 11.133.327.21Inidade Orçamentária: 15101;
- 11.133.327.21Fonte de Recursos: 0.500;
- 11.133.327.21Programa de Trabalho: 06.122.0100.2124;
- 11.133.327.21Natureza da Despesa: 33.90.39.27;
- 11.133.327.21Subação: 212401.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

RAFAEL DA SILVA SANTOS NASCIMENTO - CB PM
Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

THIAGO NEDSON PEREIRA CASTRO - ST PM
Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

REGIVALDO SENA DA ROCHA - 1º TEN QOEM
Chefe Adjunto da Equipe de Planejamento de Contratação

APÊNDICE DO ANEXO I - ETP



POLÍCIA MILITAR DO RN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente tópico do Estudo Técnico Preliminar complementa de forma mais detalhada os requisitos relacionados à execução contratual, às características operacionais das viaturas, às condições mínimas de prestação do serviço, aos critérios de disponibilidade da frota, aos prazos de entrega, manutenção e substituição de veículos, bem como às exigências relacionadas à fiscalização contratual, sustentabilidade, vigência contratual, participação em consórcio e demais condições indispensáveis à adequada execução do objeto.

As informações complementares referentes às características técnicas das viaturas destinadas ao policiamento ostensivo, considera as peculiaridades das atividades desempenhadas pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, especialmente quanto à necessidade de resistência mecânica, disponibilidade operacional contínua, segurança, desempenho e padronização da frota.

No tocante aos aspectos operacionais, o ETP prevê de forma expressa requisitos relacionados à manutenção preventiva e corretiva, substituição emergencial de veículos, disponibilidade integral da frota, suporte técnico-operacional, gestão contratual e fiscalização da execução, visando assegurar continuidade, eficiência e regularidade na prestação do serviço público de segurança pública.

As especificações técnicas constantes deste estudo foram definidas com fundamento exclusivo nas necessidades operacionais da Administração, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, competitividade e vantajosidade, sem estabelecimento de exigências desnecessárias ou restritivas à ampla participação de licitantes.

As exigências relacionadas aos veículos, equipamentos embarcados, sistemas de sinalização visual e acústica, radiocomunicação, grafismo institucional e adaptações operacionais representam padrões mínimos necessários ao adequado desempenho das atividades de policiamento ostensivo, sendo compatíveis com soluções amplamente disponíveis no mercado nacional.

A Administração também observou, durante a elaboração dos requisitos, a necessidade de evitar direcionamento indevido da contratação, abstendo-se de exigir marcas, fabricantes ou características específicas sem justificativa técnica compatível com o interesse público pretendido.

Além disso, as informações relativas à natureza do objeto, prazo de vigência contratual, cronograma de entrega, vedação à participação em consórcio e não aplicação de cota reservada para ME/EPP, mediante fundamentação técnica e operacional compatível com as peculiaridades da contratação.

Dessa forma, entende-se que os requisitos da contratação encontram-se devidamente detalhados e compatíveis com a complexidade e natureza da solução pretendida, conferindo maior transparência, segurança jurídica, eficiência administrativa e adequada fundamentação ao processo de contratação, em conformidade com as recomendações exaradas pela Procuradoria-Geral do Estado e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

14. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A análise realizada durante a fase de planejamento levou em consideração não apenas o custo inicial de cada solução, mas também os custos indiretos, riscos operacionais, necessidade de estrutura administrativa, impacto orçamentário, disponibilidade operacional da frota e continuidade do serviço público de segurança pública.

No modelo de aquisição direta de veículos pela Administração, verificou-se a necessidade de elevado aporte inicial de recursos públicos para aquisição das 159 viaturas pretendidas, além da necessidade de assunção integral dos custos de manutenção preventiva e corretiva, contratação de seguros, pagamento de licenciamento, gestão patrimonial, substituição de veículos sinistrados, alienação futura da frota e manutenção de estrutura administrativa própria destinada ao gerenciamento dos veículos.

Sob o aspecto econômico, verificou-se que a adoção do modelo de aquisição direta exigiria elevado dispêndio inicial de recursos públicos para aquisição da frota operacional, além da necessidade de contratação paralela de serviços de manutenção preventiva e corretiva, seguros, gestão patrimonial, logística de manutenção, reposição de veículos sinistrados, licenciamento, controle de abastecimento e futura alienação da frota.

Além do custo inicial de aquisição, a Administração assumiria integralmente os custos decorrentes da depreciação acelerada das viaturas policiais, desgaste operacional intensivo, substituição de peças, indisponibilidade por manutenção e redução progressiva da eficiência mecânica da frota ao longo do tempo.

Considerando o perfil de utilização das viaturas policiais, submetidas a regime operacional contínuo, deslocamentos intensivos e desgaste acelerado, constatou-se que o custo global da propriedade tende a se elevar significativamente ao longo da vida útil da frota, especialmente em razão da elevada depreciação dos veículos utilizados em atividade policial, do aumento progressivo dos custos de manutenção após os primeiros anos de uso, da necessidade frequente de substituição de peças e componentes, da redução da disponibilidade operacional da frota ao longo do tempo e dos custos administrativos relacionados à gestão patrimonial e logística de manutenção.

Além disso, eventual aquisição direta exigiria ampliação da estrutura estatal destinada ao gerenciamento da frota, incluindo equipes técnicas, contratos acessórios de manutenção, controle patrimonial, oficinas credenciadas, logística de reposição e processos administrativos permanentes relacionados à manutenção e alienação dos bens.

Sob o aspecto operacional, verificou-se ainda que a indisponibilidade de veículos decorrente de manutenção, sinistros ou falhas mecânicas impactaria diretamente a atividade-fim da Corporação, exigindo manutenção de frota reserva própria e aumentando significativamente os custos indiretos da Administração.

Quanto à alternativa de terceirização individualizada com utilização de veículos próprios de terceiros, concluiu-se pela inviabilidade técnica e operacional da solução, especialmente em razão da impossibilidade de padronização da frota, dificuldade de instalação de equipamentos policiais, riscos relacionados à segurança institucional, maior exposição de informações operacionais sensíveis e ausência de uniformidade nos padrões de manutenção, desempenho e segurança das viaturas.

Também foi analisada a possibilidade de utilização de modelos contratuais mais complexos, como parcerias público-privadas — PPPs —, verificando-se, contudo, inadequação do modelo à natureza da demanda pretendida, uma vez que as PPPs são mais compatíveis com projetos estruturantes de grande porte e elevada complexidade financeira, não se mostrando proporcionais às necessidades rotineiras e continuadas de renovação de frota operacional.

A solução de locação operacional de viaturas completas mostrou-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, especialmente porque transfere à contratada os custos e riscos relacionados à manutenção preventiva e corretiva, reposição de veículos indisponíveis, contratação de seguros, depreciação da frota, perda total, roubo ou furto, gestão logística da manutenção e renovação periódica dos veículos.

Conforme demonstrado na pesquisa mercadológica constante dos autos, a solução de locação operacional permite distribuição previsível dos custos ao longo da execução contratual, assegurando à Administração disponibilidade contínua da frota, manutenção integral, substituição emergencial de veículos indisponíveis, renovação periódica da frota e mitigação dos riscos operacionais relacionados à depreciação, perda total, roubo, sinistros e obsolescência dos veículos.

O modelo adotado também reduz significativamente os custos administrativos indiretos relacionados à gestão patrimonial da frota, dispensando a necessidade de ampliação de estrutura estatal voltada à manutenção, oficinas, logística de peças, alienação de veículos inservíveis e gestão de contratos acessórios.

Outro aspecto relevante identificado no levantamento de mercado refere-se à ampla adoção do modelo de locação de viaturas por órgãos de segurança pública em âmbito nacional, especialmente em razão da maior eficiência operacional, renovação periódica da frota e redução dos custos indiretos relacionados à gestão de veículos próprios.

Verificou-se ainda que o mercado nacional dispõe de empresas especializadas com capacidade técnica e operacional para fornecimento de viaturas caracterizadas, incluindo manutenção, gestão da frota, substituição emergencial de veículos e instalação dos equipamentos operacionais exigidos pela Administração.

A solução adotada permite, ainda, maior flexibilidade administrativa para adequação futura da frota às necessidades operacionais da PMRN, possibilitando atualização tecnológica, renovação periódica dos veículos e redução do risco de obsolescência operacional.

Quanto à análise de veículos elétricos ou híbridos, verificou-se que, embora exista crescimento progressivo da oferta no mercado nacional, o elevado custo de aquisição, a limitação de modelos compatíveis com atividade policial ostensiva, a reduzida infraestrutura de recarga disponível no Estado e as limitações operacionais relacionadas à autonomia e manutenção especializada ainda inviabilizam tecnicamente sua adoção no presente momento para a realidade operacional da PMRN.

Dessa forma, conclui-se que a solução de locação operacional de viaturas completas apresenta maior eficiência administrativa, menor risco operacional, melhor previsibilidade orçamentária e maior adequação às necessidades institucionais da Corporação, os contratos vigentes e a necessidade de substituição da frota atualmente locada por meio do Contrato nº 041/2023-PMRN.

15. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A definição quantitativa decorreu de análise técnica elaborada pela Diretoria de Apoio Logístico da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – PMRN, considerando a atual composição da frota institucional, a demanda operacional permanente da Corporação, os contratos vigentes e a necessidade de substituição da frota atualmente locada por meio do Contrato nº 041/2023-PMRN.

Conforme memória de cálculo constante dos autos ID. nº (41342603), a PMRN atualmente dispõe de um total de 1.311 (mil trezentas e onze) viaturas operacionais, distribuídas entre veículos próprios, cedidos e locados, sendo:

- 457 viaturas pertencentes à carga patrimonial da PMRN;
- 436 viaturas cedidas por outros órgãos e instituições;
- 419 viaturas locadas;
- 46 veículos destinados à reserva técnica operacional.

No tocante especificamente à frota locada, verifica-se que o Contrato nº 041/2023-PMRN contempla atualmente 159 (cento e cinquenta e nove) viaturas operacionais, distribuídas da seguinte forma:

- 70 (setenta) veículos do tipo SUV;
- 89 (oitenta e nove) veículos do tipo caminhonete pick-up 4x4.

A presente contratação visa justamente assegurar a continuidade operacional dessa frota, promovendo a substituição integral das viaturas atualmente vinculadas ao Contrato nº 041/2023-PMRN, cuja manutenção mostra-se essencial para o atendimento das atividades de policiamento ostensivo desenvolvidas pela Corporação em todo o território estadual.

A distribuição entre veículos do tipo SUV e caminhonetes pick-up 4x4 foi definida com base nas características operacionais das unidades atendidas, considerando:

- utilização predominantemente urbana para os veículos SUV;
- utilização em áreas rurais, operações táticas e regiões com terrenos adversos para as caminhonetes 4x4.

A estimativa também considerou:

- a elevada utilização das viaturas em regime contínuo de 24 horas;
- o desgaste operacional acelerado característico da atividade policial;
- os índices históricos de indisponibilidade mecânica;

- a necessidade de reposição imediata de veículos em manutenção;
- a continuidade do serviço público essencial de segurança pública.

Ressalte-se ainda que parte da frota atualmente locada já opera integrada aos sistemas institucionais de sinalização e radiocomunicação, evidenciando a necessidade de manutenção da padronização operacional das viaturas utilizadas pela PMRN.

Dessa forma, entende-se demonstrada a compatibilidade entre a demanda operacional da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte e o quantitativo estimado para contratação, observando-se os princípios do planejamento, eficiência, continuidade do serviço público e adequação da solução contratada, nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A pesquisa de preços encontra-se materializada no documento acostado aos autos sob ID nº (39714701).

Foram utilizadas como fontes principais:

- contratações públicas similares constantes no Painel Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- atas e contratos administrativos contemporâneos;
- pesquisa comparativa de mercado;
- análise estatística dos preços coletados.

A metodologia adotada para definição dos preços estimados observou a média aritmética dos valores válidos obtidos na pesquisa, em conformidade com o disposto no art. 6º, §2º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

A estimativa mensal unitária apurada para cada item foi a seguinte:

- Item 1 – Veículo tipo SUV caracterizado para policiamento ostensivo: R\$ 7.029,24 (sete mil, vinte e nove reais e vinte e quatro centavos) por veículo/mês;
- Item 2 – Veículo tipo caminhonete pick-up 4x4 caracterizada para policiamento ostensivo: R\$ 12.837,77 (doze mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos) por veículo/mês.

Considerando os quantitativos estimados para contratação, chegou-se aos seguintes valores anuais:

- Item 1 – SUV: R\$ 5.904.561,60 (cinco milhões, novecentos e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta centavos);
- Item 2 – Caminhonete pick-up 4x4: R\$ 13.710.738,36 (treze milhões, setecentos e dez mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos).

O valor anual estimado da contratação corresponde, portanto, a R\$ 19.615.299,96 (dezenove milhões, seiscentos e quinze mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), resultando em valor global estimado de R\$ 49.038.249,90 (quarenta e nove milhões, trinta e oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos), considerando o período contratual de 30 (trinta) meses.

A análise estatística da pesquisa demonstrou baixa dispersão dos valores coletados, evidenciada pelos coeficientes de variação apurados:

- 8,54% para o Item 1 – SUV;
- 0,91% para o Item 2 – Caminhonete Pick-up 4x4.

Não foram identificados valores inexequíveis, sobrepreço ou distorções relevantes que justificassem exclusão de propostas da composição da estimativa final.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa de preços observa os princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência, planejamento e vantajosidade da contratação, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Plano de Contratações Anual – PCA

Registra-se que a presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – PMRN, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

A previsão da contratação e o respectivo valor estimado constam na PCA da PMRN, juntado aos autos sob ID nº (38882495), vinculado ao identificador do objeto nº 927056-124/2026 no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, demonstrando compatibilidade da contratação com o planejamento institucional da Corporação e com as necessidades operacionais do serviço de policiamento ostensivo.

17. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA NECESSIDADE DE EXECUÇÃO INTEGRAL DE CADA ITEM

Apresenta-se a complementação da análise acerca do parcelamento da contratação, nos termos dos arts. 40, inciso V, alínea “b”, e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Após análise técnica e operacional da solução pretendida, a Administração concluiu pela adoção do parcelamento do objeto em 02 (dois) itens distintos, correspondentes às categorias de veículos demandadas pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, quais sejam: Item 1 – veículo tipo SUV caracterizado para policiamento ostensivo; e Item 2 – veículo tipo caminhonete pick-up 4x4 caracterizada para policiamento ostensivo.

A divisão em itens distintos decorre das diferenças operacionais existentes entre os tipos de viaturas, considerando as características de emprego operacional, capacidade de trafegabilidade, destinação das unidades atendidas, necessidade de utilização em áreas urbanas e rurais, bem como as exigências específicas de desempenho para cada cenário de atuação policial.

O parcelamento por tipo de veículo amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de empresas que eventualmente possuam capacidade operacional para atendimento de apenas um dos itens da contratação, observando-se, assim, os princípios da isonomia, competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Entretanto, embora o objeto tenha sido parcelado em itens distintos, cada item deverá ser executado de forma integral e completa, abrangendo todos os equipamentos, adaptações, sistemas e serviços necessários ao pleno funcionamento operacional das viaturas.

A solução pretendida não consiste no mero fornecimento de veículos, mas na disponibilização de viaturas operacionais completas e padronizadas, aptas ao emprego imediato nas atividades de policiamento ostensivo. Dessa forma, cada item da contratação compreende, de maneira integrada, a locação do veículo, manutenção preventiva e corretiva, gestão operacional da frota, sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação, grafismo institucional, adaptações operacionais previstas no Termo de Referência, substituição emergencial de veículos e suporte técnico-operacional.

A eventual fragmentação interna de cada item — como separação entre veículo, grafismo, sinalização, radiocomunicação ou manutenção — mostraria-se tecnicamente desvantajosa e operacionalmente inadequada, podendo ocasionar incompatibilidade entre equipamentos e sistemas embarcados, divergência de padrões técnicos entre viaturas, dificuldades de integração operacional, aumento do tempo de indisponibilidade dos veículos, fragmentação de responsabilidades contratuais, aumento da complexidade da fiscalização, elevação dos custos administrativos e prejuízo à padronização da frota operacional da PMRN.

Além disso, a execução integral de cada item assegura uniformidade operacional das viaturas, padronização dos equipamentos, centralização da responsabilidade técnica, maior eficiência na manutenção, maior celeridade na reposição de veículos indisponíveis e melhor controle contratual pela Administração.

A pesquisa mercadológica realizada demonstrou a existência de empresas no mercado com capacidade técnica e operacional para fornecimento integral das soluções previstas em cada item, não havendo restrição indevida à competitividade.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento externo do objeto em 02 (dois) itens distintos mostra-se tecnicamente adequado e economicamente vantajoso, ao passo que a execução integral e indivisível de cada item constitui medida necessária à padronização, eficiência operacional, economicidade e continuidade do serviço público de segurança pública, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

A partir dos levantamentos técnicos realizados durante a fase de planejamento da contratação, conclui-se que a solução proposta revela-se adequada e suficiente para suprir as necessidades operacionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, especialmente no que se refere à manutenção da atividade de policiamento ostensivo em todo o território estadual.

Os estudos realizados demonstraram que a atual demanda operacional da Corporação exige elevada disponibilidade de viaturas, utilização contínua em regime de 24 (vinte e quatro) horas e capacidade de reposição imediata em casos de manutenção, pane ou sinistro, circunstâncias que demandam solução contratual capaz de assegurar continuidade operacional, padronização da frota e suporte logístico permanente.

Durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, foram avaliadas diferentes alternativas para atendimento da necessidade administrativa, incluindo a aquisição definitiva de veículos, a ampliação da frota própria existente, a contratação fragmentada de serviços e equipamentos, bem como a locação operacional de viaturas completas e padronizadas.

Após análise comparativa, verificou-se que a locação operacional apresenta melhor relação entre custo, eficiência administrativa e capacidade de resposta operacional, permitindo à Administração concentrar esforços na atividade finalística de segurança pública, reduzindo encargos relacionados à gestão patrimonial, manutenção estrutural da frota, depreciação, renovação periódica e alienação de bens.

Também se verificou que a contratação de solução integrada reduz significativamente os riscos de indisponibilidade operacional, além de proporcionar maior uniformidade técnica entre as viaturas utilizadas pela Corporação, garantindo padronização de equipamentos, sistemas de sinalização, radiocomunicação e adaptações operacionais.

Sob o aspecto econômico, a pesquisa mercadológica realizada evidenciou compatibilidade entre os valores estimados e os preços praticados no mercado e em contratações públicas similares, demonstrando a viabilidade financeira da contratação e a observância ao princípio da economicidade.

A solução proposta mostra-se ainda compatível com o planejamento institucional da PMRN, estando prevista no Plano de Contratações Anual – PCA constante dos autos, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 quanto ao planejamento das contratações públicas.

Como benefícios esperados da contratação, destacam-se a modernização da frota operacional da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, o aumento da disponibilidade de viaturas em serviço, a redução do tempo de indisponibilidade decorrente de manutenções corretivas e preventivas, a melhoria das condições de mobilidade e segurança das equipes policiais, a otimização da logística de

gestão da frota, bem como o fortalecimento da capacidade operacional da atividade de policiamento ostensivo em todo o território estadual.

A implementação da solução ocorrerá mediante fornecimento gradual das viaturas, devidamente caracterizadas, equipadas e adaptadas conforme especificações do Termo de Referência, observando-se os prazos e condições estabelecidos pela Administração.

Diante disso, entende-se que a contratação pretendida apresenta plena adequação técnica, operacional, econômica e jurídica para atendimento da necessidade administrativa identificada, constituindo solução compatível com o interesse público e com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, planejamento e vantagem da Administração Pública.

19. RESPONSÁVEIS

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

NICOLAS NEVES BEDA - MAJ QOEM
Chefe do Parque de Motomecanização

REGIVALDO SENA DA ROCHA - 1º TEN QOEM
Chefe Adjunto da Equipe de Planejamento de Contratação - EPC/DAL

FELIPH MARCELL DA COSTA TAVARES - 3º Sgt PM
Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Referência: Processo nº 01510185.000769/2025-95

SEI nº 41279435

ANEXO II



POLÍCIA MILITAR DO RN
Av. Rodrigues Alves, s/n, Quartel do Comando Geral da PMRN - Bairro Tirol, Natal/RN, CEP 59020- 200
Telefone: (84) 3232-6361 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.pm.rn.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 01510185.000769/2025-95

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/202_ – QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR E A EMPRESA _____.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, com sede à Avenida Rodrigues Alves, S/N, Tirol, Natal-RN, inscrita no CNPJ sob o nº 04.058.766/0001-88, representada pelo seu Comandante Geral, Cel. PM **Alarico** José Pessoa Azevêdo Júnior, brasileiro, casado, portador do RG nº 11.531-PM/RN, inscrito no CPF sob o nº 364.201.904-87, nomeado e publicado no DOE-RN nº 14.325, datado de 04.01.2019, doravante denominado **CONTRATANTE**., e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função do contratado), conforme documentos apresentados nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Estadual 32.449/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

20. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 20.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de locação de viatura policial, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 20.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, de passageiro, mensal, sem motorista, destinado ao policiamento ostensivo, tipo SUV, bicomcombustível (gasolina e etanol), 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, equipado com ar-condicionado e direção hidráulica ou elétrica, com adaptação de compartimento para transporte de detidos (cela), sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação e grafismo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, e demais especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência.	Unid.	70	R\$	R\$
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, de passageiro, mensal, sem motorista, destinado ao policiamento ostensivo, tipo caminhonete pick-up, cabine dupla, tração 4x4 com reduzida, movida a combustível diesel, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, equipada com ar-condicionado e direção hidráulica, elétrica, eletro-hidráulica ou sistema equivalente, sistema de sinalização visual e acústica de emergência, sistema de radiocomunicação e grafismo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, e demais especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência.	Unid.	89	R\$	R\$

- 20.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 20.3.1. O Termo de Referência;
- 20.3.2. [O Edital da Licitação];
- 20.3.3. A Proposta do CONTRATADO; e
- 20.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

21. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 21.1. O prazo de vigência do contrato é de **30 (trinta) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável, sucessivamente, até o limite máximo de 10 (dez) anos**, conforme autorizado pelos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 21.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 21.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 21.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 21.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 21.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 21.2.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 21.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 21.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 21.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 21.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
22. **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**
- 22.1. **Gestão Contratual**
- 22.1.1. **Recebimento dos Veículos**
- 22.1.1. Os veículos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, mediante vistoria técnica destinada à verificação do atendimento às especificações deste Termo de Referência, podendo ser recusados em caso de desconformidade.
- 22.2. **Prazo de Entrega**
- 22.2.1. O veículo protótipo deverá ser apresentado no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até **15 (quinze) dias**, mediante solicitação justificada da contratada.
- 22.2.2. Após aprovação do protótipo, os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados da data de validação do protótipo, em dias úteis, no horário das 08h às 13h, no local designado pela Administração, com acompanhamento e fiscalização por representantes da Contratante, para verificação da conformidade com as especificações contratuais.
- 22.2.3. **Cronograma de Entrega:**
- | | | |
|------------|---|----------------------------------|
| 1ª Entrega | 60 veículos: 25 SUV's e 35 Caminhonetes | 50 dias após aprovação protótipo |
| 2ª Entrega | 50 veículos: 25 SUV's e 35 Caminhonetes | 65 dias após aprovação protótipo |
| 3ª Entrega | 49 veículos: 20 SUV's e 19 Caminhonetes | 90 dias após aprovação protótipo |
- 22.2.4. O cronograma poderá ser ajustado mediante solicitação da contratada e aprovação do ordenador de despesas.
- 22.3. **Das Condições Gerais dos Serviços de Gestão de Frota:**
- 22.3.1. Os serviços de gestão com manutenção, caracterizam-se pelo processo de administração da frota, no aspecto da sua contínua disponibilização para os trabalhos da Polícia Militar, mediante as seguintes ações: realização de manutenções preventivas e corretivas, disponibilização de sistema específico para o controle e registro das medidas de gestão com manutenção e determinação do desempenho operacional de cada veículo.
- 22.3.2. Disponibilização de veículos reserva, com as mesmas características técnicas para comportar eventuais substituições por indisponibilidade, de modo a garantir-se a continuidade dos veículos em operação, respeitado, todavia, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituições na quantidade de no mínimo 10% (dez por cento);
- 22.3.3. Os veículos reservas devem ser em nome da empresa contratada.
- 22.3.4. **Padrão mínimo para o Plano de Gestão da Frota com Manutenção:**
- 22.3.4.1. Especificação da frota: declaração constando fabricante, marca, modelo, capacidade, bem como referências dos veículos locados, incluindo as especificações descritas neste termo e os equipamentos de série e os opcionais disponibilizados, se for o caso;
- 22.3.4.2. Pneus: A cada 10.000 (dez mil) Km a contratada deverá proceder ao rodízio de pneus, de acordo com o fabricante do veículo, bem como a verificação do balanceamento dos conjuntos roda/pneus e conferência do alinhamento da direção. Os pneus devem ser substituídos quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem atingirem o limite de uso, o sulco mínimo do pneu estiver menor que 1,6 mm, analisado através do indicador de desgaste de rodagem, chamado de TWI (Tread Wear Indicator), presente na banda de rodagem de todos os pneus.
- 22.4. **Plano de Gestão de Frota**
- 22.4.1. **Plano de manutenção e conservação:**
- 22.4.1.1. Socorro mecânico externo 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, incluso no serviço;
- 22.4.1.2. Imediata reposição de veículos paralisados, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- 22.4.1.3. Garantia de atendimento todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, em todo o Estado do Rio Grande do Norte;
- 22.4.1.4. Garantia de atendimento em todo o território nacional, para os casos de eventuais deslocamentos de veículos em viagem;
- 22.4.1.5. Revisão preventiva a cada 10.000 (dez) mil Km rodados, com cumprimento total e observância de todos os itens do Plano de Revisão, permitindo-se logicamente, variações de quilometragem tecnicamente possíveis;
- 22.4.1.6. Ressalvando-se as exceções definidas no manual de garantia e manutenção do fabricante.
- 22.4.2. Os veículos locados ficarão à disposição da(s) instituições PMRN, durante as 24 (vinte quatro) horas do dia.
- 22.5. **Renovação da Frota**
- 22.5.1. Os veículos deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) meses, contados da data de entrega à Administração, ou quando atingirem 200.000 (duzentos mil) quilômetros rodados, prevalecendo o critério que ocorrer primeiro.
- 22.5.2. A substituição deverá ocorrer por veículos novos (zero quilômetro), que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência do objeto.
- 22.6. **Execução Contratual**
- 22.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 22.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 22.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 22.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 22.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 22.11. A contratada deverá assegurar a disponibilidade contínua da frota, garantindo a manutenção das condições operacionais dos veículos durante toda a vigência contratual.
- 22.12. A fiscalização acompanhará, no mínimo, a disponibilidade da frota em operação, o cumprimento do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para substituição de veículos indisponíveis, o cumprimento dos planos de manutenção preventiva e corretiva, o estado de conservação e funcionamento dos veículos, bem como o atendimento às demandas operacionais da Administração.
- 22.13. A Administração poderá realizar inspeções periódicas ou extraordinárias, a qualquer tempo, para verificação das condições da frota.
- 22.14. O descumprimento das condições operacionais poderá ensejar aplicação de sanções, bem como glosa proporcional nos pagamentos.
- 22.15. **Fiscalização**
- 22.16. A gestão e fiscalização para o acompanhamento do instrumento contratual serão realizadas respectivamente, pelo Chefe do Parque de Motomecanização (**gestor do contrato**), e pelos servidores Gleidson Silva Cabral - 2º Sgt PM, Matrícula nº 164.383-5 (**fiscal do contrato**) e Humberto Lionézio Leite Júnior - 3º Sgt PM, Matrícula nº 207.975-5 (**fiscal suplente**), que deverá observar o cumprimento das obrigações pactuadas, quanto a execução do objeto deste contrato.
- 22.17. **Fiscalização Técnica**
- 22.17.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 22.17.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 22.17.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção
- 22.17.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 22.17.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 22.17.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 22.18. **Fiscalização Administrativa**
- 22.18.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

22.18.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

22.18.2.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

22.19. **Gestor do Contrato**

22.19.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

22.19.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

22.19.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

22.19.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

22.19.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

22.19.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

22.19.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

23. **CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

23.1. Fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, nos termos do art. 121, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o serviço a ser prestado envolve a execução direta de obrigações contratuais relacionadas à locação, manutenção e gestão de frota de veículos policiais, cuja responsabilidade técnica, operacional e jurídica deve ser integralmente assumida pela empresa contratada.

23.2. A eventual transferência de execução, cessão ou subcontratação de qualquer parcela do contrato caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas em lei e no instrumento contratual, inclusive rescisão unilateral por inadimplemento, conforme dispõe o art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

24. **CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

24.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

25. **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO (ART. 92, V)**

25.1. **O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (....).**

25.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

25.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

26. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

26.1. **Liquidação**

26.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

26.2.1. o prazo de validade;

26.2.2. a data da emissão;

26.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

26.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

26.2.5. o valor a pagar; e

26.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

26.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

26.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

26.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

26.5.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

26.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

26.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

26.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

26.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

26.10. **Prazo de pagamento**

26.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

26.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índices de correção estabelecidos oficialmente.

26.13. **Forma de pagamento**

26.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

26.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

26.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

26.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

26.18. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

26.18.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

27. **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)**

27.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado que serviu de base para a contratação.

27.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade a partir do início da vigência do contrato.

27.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATADO pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 27.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 27.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 27.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 27.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 28. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**
- 28.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 28.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 28.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 28.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 28.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 28.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 28.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 28.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 28.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 28.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 28.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 28.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 28.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 29. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**
- 29.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 29.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 29.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 29.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 29.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 29.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 29.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 29.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 29.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 29.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 29.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 29.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 29.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 29.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 29.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 29.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 29.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 29.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 29.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 29.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 29.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 30. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**
- 30.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 30.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 30.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 30.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 30.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 30.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 30.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 30.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 30.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogação justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 30.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 30.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 30.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 30.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
- 31. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**
- 31.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da homologação e ANTERIOR à assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 2% (dois por cento) sobre o valor anual do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- 31.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Fazenda.
- 31.1.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.
- 31.1.3. Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”; ou Fiança bancária.
- 31.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 30% (trinta por cento).
- 31.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
- 31.4. A retenção efetuada com base no item 12.1.3 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
- 31.5. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 12.1.3 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 31.6. Quando a contratada optar pela prestação na forma de seguro-garantia, este terá por objetivo assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante a Administração, inclusive multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, conforme previsão do art. 97 da LLCC, observando-se:
- 31.6.1. O prazo de vigência da apólice deverá ser igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal, acompanhando as eventuais prorrogações ou alterações contratuais, mediante emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- 31.6.2. O seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o pagamento do prêmio nas datas convencionadas.

32. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 32.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 32.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 32.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 32.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 32.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 32.2.4. Multa:
- 32.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 32.2.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 32.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10 % (dez por cento) do valor da contratação.
- 32.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 8% (oito por cento) do valor da contratação.
- 32.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 6 % (seis por cento) do valor da contratação.
- 32.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 4% (quatro por cento) do valor da contratação.
- 32.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 2 % (dois por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações:
- 32.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 32.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 32.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 32.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 32.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 32.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 32.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 32.8.2. Os Endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 32.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- atueza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 32.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 32.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 32.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 32.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 32.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133, de 2021.
- 32.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

33. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

- 33.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 33.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 33.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

- 33.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 33.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 33.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 33.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 33.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 33.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 33.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 33.7.3. Das indenizações e multas.
- 33.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 33.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 33.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 33.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 33.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

34. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

- 34.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 34.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 34.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 34.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 34.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

35. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

- 35.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PMRN, na dotação abaixo discriminada:
- I - **Unidade gestora:**
 - II - **Gestão:**
 - III - **Unidade orçamentária:**
 - IV - **Fonte de recurso:**
 - V - **Programa de trabalho:**
 - VI - **Natureza da despesa:**
 - VII - **Subação:**

36. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

- 36.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

37. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA PUBLICAÇÃO

- 37.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

38. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO (ART. 92, §1º)

- 38.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam eletronicamente o presente Contrato de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Natal/RN, ____ de _____ de ____.

(NOME)

PELO CONTRATANTE

(NOME)

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS :

NOME/CPF

NOME/CPF

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

À Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte (SEAD/RN)

Empresa (razão social):

CNPJ:

Empresa (razão social):	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

A presente proposta tem como objeto o fornecimento dos itens abaixo relacionado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, conforme estabelecido no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXXXX.

Itens (s)	Especificação do Serviço	Quant.	Unidade de Medida	Valor Estimado por 12 meses	Valor Estimado por 30 meses
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, de passageiro, mensal, sem motorista, para Policiamento Ostensivo, tipo SUV com adaptação de cela, bicomcombustível (gasolina e etanol), 04 portas, capacidade para 05 ocupantes, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, com grãfsmo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte e demais especificações técnicas descritas no presente termo de referência.	70	Und	R\$	R\$
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, passageiro, mensal, sem motorista, para Policiamento Ostensivo, bicomcombustível (gasolina e etanol), tipo CAMINHONETE pick-up 4x4, cabine dupla, 04 portas, capacidade para 05 ocupantes, tração 4x4 com reduzida, ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, com adaptação de cela, com grãfsmo conforme padrão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, e demais especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência.	89	Und	R\$	R\$
PREÇO TOTAL ESTIMADO 12 MESES				R\$	
PREÇO TOTAL GLOBAL ESTIMADO 30 MESES					R\$

O valor global anual da proposta é R\$
O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias (no mínimo), contados da data da entrega da mesma.

Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tais como salários, adicionais, encargos sociais, benefícios trabalhistas, seguros encargos tributários/impostos, taxas, margem de remuneração empresarial, uniformes, materiais, equipamentos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, não recaindo nenhum destes custos à Contratante.
Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços/bens serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento

Cidade, ____ de ____ de ____.

Representante
CNPJ

Obs. Inserir planilhas de composição de custo anexadas à presente proposta.